

ATA DA VIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 22-3-2017.

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Paulo Brum, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Alvoni Medina, André Carús, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Matheus Ayres, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni e Valter Nagelstein. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Lei do Legislativo nº 050/17 (Processo nº 0632/17), de autoria de Prof. Alex Fraga, Fernanda Melchionna e Roberto Robaina. Também, foram apregoados os seguintes Requerimentos, deferidos pelo Presidente, solicitando o desarquivamento de proposições: de autoria de Dr. Thiago, referente às Indicações nºs 005 e 011/16 (Processos nºs 0352 e 0445/16, respectivamente); de autoria de Rodrigo Maroni, referente ao Projeto de Lei do Legislativo nº 272/16 (Processo nº 2662/16). Do EXPEDIENTE, constaram: Ofício s/nº, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação; Ofícios nºs 089, 160 e 162/17, de Graça Cristina Freire Campos, da Caixa Econômica Federal; e Ofício nº 003/17, de Rafael da Cunha Rosa. Em TEMPO DE PRESIDENTE, pronunciou-se Cassio Trogildo. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Prof. Alex Fraga. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Talgino Reinaldo Ferraz Ramos, Presidente da Associação de Motoristas Privados e de Tecnologias – AMPRITEC –, que discorreu sobre a segurança dos motoristas e usuários de aplicativos em Porto Alegre. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Dr. Thiago, Mauro Pinheiro, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Cláudio Janta, Valter Nagelstein, Cassiá Carpes, Airto Ferronato e Sofia Cavedon manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna Popular. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Dr. Thiago, Mauro Pinheiro, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Cláudio Janta e Mônica Leal. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais sobre o tema em debate, a Talgino Reinaldo Ferraz Ramos. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e cinquenta minutos às quinze horas e cinquenta e um minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Tarciso Flecha Negra. Em prosseguimento, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, hoje destinado, nos termos do artigo 180, § 4º, do Regimento, a debater sobre o tema Mulheres e Saúde. Compuseram a Mesa: Valter Nagelstein, presidindo os trabalhos; Jussara Cony, Coordenadora da Conferência Saúde da Mulher 2017; e Cíntia Barenho, representando

a Marcha Mundial das Mulheres. Após, o Presidente concedeu a palavra, nos termos do artigo 180, § 4º, incisos I e II, a Jussara Cony e a Cíntia Barenho, que se pronunciaram sobre o tema em debate. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Dr. Thiago, Professor Wambert, Sofia Cavedon e Fernanda Melchionna. Também, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais, a Cíntia Barenho e a Jussara Cony. Os trabalhos foram suspensos das dezessete horas e um minuto às dezessete horas e dois minutos. A seguir, foi dada continuidade ao período de COMUNICAÇÕES, hoje também destinado a registrar o transcurso do trigésimo nono aniversário do Brique da Redenção. Compuseram a Mesa: Valter Nagelstein, presidindo os trabalhos; e Walter Burgueño, representando a Comissão Deliberativa do Brique da Redenção. Em seguida, o Presidente concedeu a palavra, nos termos do artigo 18, § 4º, incisos I e II, a Walter Burgueño, que se pronunciou acerca do tema em debate. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Dr. Thiago, Mônica Leal e Professor Wambert. Os trabalhos foram suspensos das dezessete horas e trinta e nove minutos às dezessete horas e quarenta minutos. Após, foram apregoados o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 003/17 e o Projeto de Resolução nº 009/17 (Processos nºs 0869 e 0870/17, respectivamente), de autoria da Mesa Diretora. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciou-se Adeli Sell, em tempo cedido por Fernanda Melchionna. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Aldacir Oliboni. Em PAUTA, Discussão Preliminar, esteve, em 1ª Sessão, o Projeto de Resolução nº 040/16. Durante a sessão, Comandante Nádia, André Carús e Dr. Thiago manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Também, foram registradas as presenças, neste Plenário, de Valdir Sgarbossa, de Eugênio Dutra, Presidente da Câmara Municipal de São Borja – RS –, e de Mathias Haraldo Müller. Às dezoito horas e quatro minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo, Mauro Pinheiro, Cláudio Janta e Valter Nagelstein e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra em Tempo de Presidente.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos acompanha aqui nas galerias, venho a esta tribuna, Ver. Paulo Brum, trazer um assunto que desde ontem, Ver. Moisés, tem sido evidenciado nos veículos de imprensa, Ver. Oliboni, quanto às diferenças nas contas de energia elétrica da Companhia Estadual de Energia Elétrica aqui em Porto Alegre.

Muito provavelmente muitos dos Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras devem ter recebido reclamações de duas alterações. A primeira, que a conta agora é impressa na hora da leitura, Ver. Cassiá Carpes, e isso, em alguns casos, mudou a data do vencimento. Sendo que há diversos consumidores que estão com dois vencimentos dentro do mesmo mês, Ver. Medina; e a outra grande reclamação de vários

consumidores em especial da Zona Sul de Porto Alegre, Ver. Dr. Thiago – que também dever ter recebido já solicitações nesse sentido – contas que mais que dobraram de valor de consumo. Que, muito provavelmente, sejam porque a CEEE vinha fazendo a emissão de contas pela média de consumo, por algum motivo - ou por não ter tido registro ou, em caso específico, por não ter tido acesso -, e talvez tenham lançado, então, essa diferença toda no mês de março. Os veículos de imprensa divulgaram o caso de um consumidor que tinha um consumo médio de 500 quilowatts, Ver. Paulinho Motorista, e teve um lançamento de 2.137 quilowatts em fevereiro. Então, logicamente, ele conferiu o relógio dele, não houve um incremento, não houve um aumento de consumo, muito provavelmente estava sendo marcado pela média e foi lançado tudo em um único mês. Também já está sendo veiculado que não é proibido lançar pela média, só que, quando há um lançamento pela média, durante um período, depois, a diferença tem que ser diluída no dobro do tempo em que foi lançado pela média. Essa é a regra estabelecida. Esse é um problema que envolve duas grandes questões. Envolve a questão de consumo, eu sei que o Procon já está sendo também buscado, principalmente, na questão da troca do vencimento sem nenhum aviso; logicamente, ninguém tem recursos sobrando, que possa, por um motivo administrativo da companhia de energia elétrica, ter a emissão de duas contas no mesmo mês. Se o consumidor não tiver condições de pagar, vai ficar inadimplente ou vai pagar uma multa. Então, o Procon já está agindo nessa questão específica, e, em relação, Ver. Ferronato, a outra questão, que é o lançamento daquilo que provavelmente estava sendo medido pela média num único mês, isso é regulado pela Agergs, nossa Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul, à qual nós já fizemos, Ver. Carús, um contato com o Presidente da mesma, Alcebíades Santini, conselheiro, que, inclusive, é o nosso parceiro no Comitê Permanente de Segurança Metropolitano pelo Fórum Latino-Americano de Defesa do Consumidor e o Dr. Alcebíades se comprometeu de, num Comparecimento, Ver. Prof. Alex Fraga, estar conosco aqui, na segunda-feira, para esclarecer a Câmara de Vereadores e também os consumidores em geral de quais procedimentos a Agergs já está adotando, porque ela é a reguladora desse serviço, ela é reguladora da relação, inclusive, de consumo do serviço concedido da CEEE com os consumidores finais. Ele virá aqui, num Comparecimento, fizemos contato com ele, que prontamente nos atendeu e estará aqui conosco na segunda-feira, logo após a Tribuna Popular. Então, lá pelas 14h30min, 15h, teremos a participação do Conselheiro-Presidente da Agergs, Alcebíades Adil Santini, que virá abordar o assunto do ponto de vista da regulação da concessão para que nós, Vereadores, possamos estar orientados e também possamos orientar aqueles que nos procuram, que são consumidores finais da energia em Porto Alegre. Muito obrigado e um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores, venho a esta tribuna falar em nome do meu partido, PSOL – da Ver.^a Fernanda Melchionna e do Ver. Roberto Robaina. O que me traz à tribuna, neste momento, são algumas preocupações com relação à nossa Cidade, uma delas é a manifestação pública, nos veículos de comunicação, feita pelo Prefeito desta Cidade, Nelson Marchezan Júnior, sobre o desconhecimento dos serviços e da importância dos serviços dos nossos CRAS. Os nossos Centros de Referência da Assistência Social são a porta de entrada das políticas públicas para as pessoas mais necessitadas desta Cidade, mas, infelizmente, eles não têm tido a atenção necessária pelo serviço imprescindível que prestam à população mais vulnerável de Porto Alegre. No ano passado, nós tivemos, na CEDECONDH, uma audiência bastante tensa, presidida pelo Ver. Dr. Thiago, com relação ao cadastramento das pessoas, no ano passado. Foram momentos tensos, porque a FASC estava num processo de reestruturação; tentou mudar o cadastramento para sua sede, na Av. Ipiranga, e isso gerou uma série de problemas graves para a nossa população. Tiveram que voltar atrás, voltar a regionalizar o cadastramento, e, pelo visto, a coisa andou. Agora, nós temos os nossos CRASs sendo progressivamente abandonados, o que é lamentável. Esperamos, então, que a Prefeitura tenha mais cuidado e zelo por parte desse serviço imprescindível, que faz tanta falta à população que mais precisa de cuidados.

O segundo tema que eu gostaria de abordar neste momento é a questão da violência nas escolas. Ontem, nós tivemos a denúncia de um tiroteio em frente à Escola Municipal de Ensino Fundamental José Loureiro da Silva, que não teve repercussão nos veículos de comunicação – a imprensa simplesmente silenciou sobre esse fato, o que é lamentável. Um tiroteio nas portas, na rua, defronte a uma escola, não é algo que se possa silenciar. Nós precisamos manifestar e divulgar esses eventos, justamente para que os órgãos públicos envolvidos com a questão da segurança possam agir. Portanto, a minha preocupação com relação à responsabilidade dos veículos de comunicação desta Capital. Vivemos momentos de grande insegurança. Muitas vezes, os setores e pastas responsáveis por esse serviço trocam ou transferem as suas responsabilidades, usam desculpas que não contemplam e não satisfazem a população; e nós precisamos ser cuidados, principalmente essas regiões sensíveis, que são as nossas escolas. Existe lei, aqui no Município de Porto Alegre, que cria, ao redor de todas as nossas unidades escolares, zonas de proteção especial para a segurança. Nós temos isso no Município, só que essa lei é mais uma daquelas que nunca saíram do papel. Levantamos uma relação de leis que se referem à segurança, em especial, das nossas escolas, e muitas delas são ignoradas ou descumpridas. Essa lei, se não me falha a memória, lá de 2010, de autoria da Neuza Canabarro, então Vereadora, foi aprovada, foi sancionada e está em vigor, mas nunca sequer foi aplicada no Município. Portanto, gostaria muito de ver as autoridades envolvidas com a segurança na Capital se debruçarem sobre esse assunto e

levarem a sério o que é realmente meritório: a segurança das nossas crianças, dos nossos jovens e dos profissionais que trabalham com educação nesta Cidade.

Temos também, dentre os muitos programas da Prefeitura Municipal de Porto Alegre um que está sob análise da Secretaria Municipal de Educação e, portanto, corre riscos. O nome me fugiu agora, mas é um programa que serve para a população de servidores, qualificando a nossa mão de obra e dando a eles a possibilidade de concluírem os seus estudos...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. PROF. ALEX FRAGA: ...Nós temos no Município de Porto Alegre, há muitos anos, um programa que presta aos servidores públicos municipais assistência para que eles possam concluir os seus estudos tanto no Ensino Fundamental quanto no Médio. Recebemos denúncia de que esse programa corre o risco de ser fechado.

Senhoras e senhores, tudo que queremos é uma melhoria na qualidade dos serviços públicos prestados à nossa população. E nada mais justo que qualifiquemos os nossos servidores para que assim o serviço melhore. Então não podemos aceitar passivamente que a Prefeitura ou a Secretaria Municipal de Educação sequer cogite a possibilidade de extinguir um programa de qualificação dos servidores. Por isso, vai aqui a nossa preocupação e a nossa manifestação de repúdio, se é que há mesmo esse pensamento em extinguir um serviço tão importante. Assim, seguimos na luta e atentos para que a nossa população seja servida da melhor forma possível. Um grande abraço e boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Sr. Presidente, quero registrar a presença do meu pai, Valdir Sgarbossa, que está aqui no plenário. Depois de cinco anos como Vereador aqui, chega pela primeira vez um militante, do antigo PDS, que me levava nos comícios, quando eu era criança, depois foi para o PTB e hoje está filiado ao PTB. Então, o meu pai talvez seja um símbolo da convivência harmônica numa família, mesmo com pensamentos diferentes. Mas claro que nas últimas eleições votou no Lula, votou na Dilma e votou no Olívio também. Eu tenho que abrir aqui o voto do meu pai, e votou em mim para deputado em 2010. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Seja muito bem-vindo, Sr. Sgarbossa, em especial em nome de todos os Vereadores e em nome da Bancada do PTB.

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação de Motoristas Privados e de Tecnologias – Ampritec, que tratará de assunto relativo à segurança dos motoristas e usuários de aplicativos em Porto Alegre. Saúdo todos os motoristas que se fazem presentes, sejam bem-vindos a esta Câmara Municipal de Porto Alegre. O Sr. Talgino Reinaldo Ferraz Ramos, Presidente da Associação, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. TALGINO REINALDO FERRAZ RAMOS: Boa tarde a todos, agradeço à Câmara Municipal por ceder este espaço para a Ampritec poder representar os motoristas, agradeço a atenção dos Vereadores presentes, à população em geral, principalmente aos colegas que estão aqui hoje lutando em virtude da nossa segurança. A Ampritec, vou fazer um resumo, é uma Associação de Motoristas que foi criada em maio do ano passado com a finalidade de poder trabalhar, é só isso que o motorista quer hoje, ele quer ter tranquilidade. No ano passado, não tinha regulamentação, tinham várias perseguições a motoristas, inclusive pela própria EPTC, na gestão anterior, e o pessoal tinha medo. O pessoal queria mesmo era o direito de poder sair, pegar o carro dele e trabalhar tranquilo durante o dia. Então foi criada a Ampritec nessa intenção de poder ajudar na regulamentação da profissão. A gente passou todo o ano de 2016 praticamente visitando cada um dos Vereadores que a gente conhecia na época, estivemos várias vezes aqui na Câmara, pedindo apoio, pedindo emendas, dando sugestões para que o nosso trabalho fosse regulamentado. Hoje parte desse trabalho já está regulamentado, só que surgem outros problemas. Hoje o maior problema que os motoristas em geral têm é a questão da segurança, é por esse motivo, pela segurança tanto do motorista quanto do próprio passageiro que a gente carrega, seus familiares, esposo, esposa, filho que está dentro do carro correndo um risco, e o motorista se sente na obrigação de vir e pedir ajuda a esta Casa. É esse o objetivo da Ampritec, conseguir junto com os Vereadores que nos ajudem na regulamentação, que nos ajudem no processo que está sendo regulamentado para que os motoristas e os passageiros possam trabalhar e ser transportados com maior tranquilidade. Nós temos em Porto Alegre hoje uma média de oito mil motoristas que trabalham diretamente. Não é um número oficial porque nem as plataformas nos informam o número correto, isso é um levantamento que a gente faz. Como dizem, é bem ao contrário, dizem que é uma renda extra e não é. Hoje o motorista trabalha, todos que estão aqui, no mínimo, 10, 12, 14 horas por dia. Ele sai de manhã, pega o carro, dá tchau para o filho e, às vezes, não tem certeza se vai poder terminar a jornada de trabalho ainda ligado àquela plataforma, se por um motivo ou outro ela pode desligá-lo sem nenhum motivo, ou se, por motivo de segurança, ele vai poder retornar a sua casa. Essa é a maior insegurança que o motorista tem hoje. Então, são oito mil pessoas que dependem, não é uma renda extra como dizem, é o trabalho dele. Uma jornada de trabalho de 8, 12 horas, maior do que muitos trabalhos

convencionais que se têm hoje. Fora a pressão que o motorista recebe diariamente. Além desses oito mil empregos, é uma categoria que gerou muitos empregos indiretos, que são os de prestadores de serviços que passaram a atuar para essa categoria. Se formos somar isso, vamos chegar a casa de 20 mil pessoas envolvidas nessa nova tecnologia que chegou ao mercado hoje. Têm pessoas que são a favor do táxi, outras são contra; a Ampritec não é contra o táxi, é uma profissão igual a nossa e a apoiamos no que for necessário; a única coisa que queremos é o nosso direito de poder trabalhar em paz e com segurança. É isso o que o motorista, independente da plataforma que ele trabalha, é o que deseja hoje. Então, foi feita há alguns meses, uma grande polêmica que uma plataforma começou a aceitar pagamento em dinheiro; uns são a favor, outros, contra; a Ampritec é a favor do motorista. Concordamos com a continuidade do pagamento em dinheiro desde que haja segurança para o motorista, que o passageiro que vá usar aquele veículo, da mesma forma que o motorista é identificado, que o passageiro tenha a mesma identificação, que saibamos o RG, o CPF. Hoje é muito fácil, já fizemos vários testes de criar uma conta com perfil falso e chamar um aplicativo qualquer. Então, só para vocês terem uma ideia, fizemos um teste com a conta assalto2017, criamos essa conta e chamamos, por aplicativo, um veículo. Então, não tem nenhuma segurança hoje. O que os motoristas estão pedindo é questão de segurança; que sejam identificados. Estamos pedindo ajuda ao Poder Público porque são oito mil pais e mães de família que estão trabalhando na rua. Eles estão de dia, à noite, 24 horas por dia. Quando teu filho quer ir a uma festa, é aquela motorista ou aquele motorista que vai transportá-lo; quando ele estiver voltando da festa, é aquele motorista que vai trazê-lo. O motorista também quer dar segurança ao passageiro, mas também quer receber segurança. Então, o que pedimos, na regulamentação, comentamos que vai ser criado um conselho, só que esse conselho de motoristas que tem ali, para ser definido se o motorista pode ser excluído ou não, ele não está definido, a gente precisa de uma definição disso, como é que vai ser, a gente quer saber quem é que vai poder nos ajudar nessa questão de segurança. Nós perdemos um colega há 15 dias em função de assalto, ele estava em horário de trabalho. Tivemos um outro caso, domingo agora, de um sargento da Brigada Militar que foi assaltado e reagiu. A contrarresposta que a gente teve da empresa foi a exclusão dele, ele não teve nem o direito de se defender, simplesmente excluíram da conta. Esse é o risco que a gente, que todos os colegas aqui tem. A gente sai e, porque a gente não entregou uma balinha ou uma água, a gente pode ter a nota lá embaixo e perder aquele trabalho. São pessoas que estavam desempregadas, dependiam de outra profissão, alugaram um carro, pagam R\$ 1,5 mil ou R\$ 1,6 mil por mês, para manter aquele veículo, para poder trabalhar, fazem prestação de carro, compraram carro zero e precisam, porque, se perderem esse trabalho por um motivo ou por outro, eles estão praticamente... Falo até por mim, eu estou arruinado, porque eu dependo disso, eu estou há um ano e pouco trabalhando em função disso, assim como mais 7.999 colegas que está na rua trabalhando.

O objetivo da associação não é se promover, não é nada, ela só quer representar e fazer com que a voz do motorista seja ouvida, pois um ou dois não vão resolver. Então, a gente criou essa entidade, que é para poder representar, ver todo o

anseio da categoria e pedir ajuda para as pessoas que a gente acha mais competentes, começando aqui pela Câmara Municipal, porque esses motoristas estão trabalhando dentro de Porto Alegre. Eles, de uma maneira ou de outra, estão gerando imposto para a Prefeitura, porque estão abastecendo, lavando os carros deles, estão comprando óleo. O que a gente mais quer é trabalhar honestamente e dentro da lei. A categoria é a favor da regulamentação, é a favor da vistoria do veículo, a gente não é contra nada disso. Desde o início, a gente sempre lutou para que fosse regulamentado e para que os direitos do motorista também fossem ouvidos. Só que a gente está numa insegurança muito grande mesmo. A gente tem uns requisitos aqui que é o que a gente quer passar para vocês, ver o que pode ser feito na regulamentação, ou através de decreto, o que vai poder ser feito para ajudar o motorista. Ele quer sair daqui e poder trabalhar tranquilo. Essa é a nossa maior preocupação hoje.

Só para vocês terem uma ideia, tem plataforma que cobra R\$ 0,75 para dar segurança para o motorista. Esses R\$ 0,75 já estão há 80 dias, praticamente, e não geraram segurança alguma para o motorista. Não nos foi dito para onde vai essa verba, o que ela vai fazer, no que está sendo investida; o motorista não tem o botão-pânico, não tem nada que o ajude, a não ser um colega. Criamos grupos em que um colega se comunica com o outro e pede ajuda quando necessita; mas nem sempre isso é o suficiente para ajudar o outro motorista.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. TALGINO REINALDO FERRAZ RAMOS: Estamos pedindo uma posição das autoridades, para ver no que podem nos ajudar. Quanto ao cadastro, hoje o motorista, quando vai se cadastrar, é obrigado apresentar o seu RG, o seu CPF, o seu atestado de antecedentes, o comprovante de residência e tudo mais. Um motorista, hoje, pode fazer tudo pela Internet, falso, e está habilitado, enquanto que o passageiro não tem cadastro. O que queremos é um cadastro do passageiro, porque hoje o motorista é assaltado pelo passageiro, porque não tem segurança. Tudo é questão de segurança. Estamos aqui para ver no que a Câmara poderá nos ajudar quanto ao cadastro de clientes. Também queremos uma maior abertura com a empresa para a qual trabalhamos, porque ela nos chama de “parceiros”, diz na mídia que tem 8 mil motoristas parceiros, mas ela não ouve o motorista. Quando um motorista precisa da ajuda da empresa, ou quando ela quer suspender ou desligar esse motorista, ela simplesmente faz de uma maneira unilateral, não dá o direito de defesa ao motorista e muito menos para a Associação. Como há na Lei algumas brechas, onde diz que se pode ter um conselho, que lá pode ser discutido se o motorista vai ser excluído ou não, e que terá mais segurança para o motorista – é isso tudo que a Ampritec está lutando e pedindo para vocês: o apoio da Câmara de Vereadores. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Convido o Sr. Talgino Ferraz Ramos, Presidente da Ampritec, a fazer parte da Mesa. Registro a presença do Ver. Eugênio Dutra, Presidente da Câmara de Vereadores de São Borja, do PP. Seja bem-vindo a esta Casa.

O Ver. Dr. Thiago está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, e depois prossegue em Comunicação de Líder.

O SR. DR. THIAGO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, motoristas do UBER. Eu listei aqui cinco pontos que foram motivo de emendas minhas e que agora, nesta proposição do Prefeito Municipal de retornar o projeto de regulamentação para esta Casa, acredito que elas devem ser reavaliadas. Eu voltarei a propô-las, assim como já propus à Prefeitura Municipal. Quero dizer que o serviço que vocês prestam à Cidade foi aprovado. Hoje, segundo algumas estatísticas, há em torno de 10 mil motoristas cadastrados e 50 mil usuários por dia, chegando a 100 mil usuários por dia. Em função dos serviços que vocês exercem – isso vejo inclusive na minha atividade profissional, como legista -, nós diminuimos os casos de estupro de mulheres à noite. Nós aumentamos - isso quem diz é o Sindicato de Hospedagem e Alimentação de POA e Região – Sindhá - o número de mulheres que frequenta a vida noturna em função de uma maior segurança; então o serviço que vocês prestam foi aprovado pela Cidade. Graças a essa pressão que vocês exerceram pelo serviço de qualidade, essa Casa acabou aprovando a regulamentação, mas nós temos que avançar em cinco pontos pelo menos, reparem bem! Primeiro é a questão da identificação do veículo. Eu já propus no projeto que não houvesse a identificação do veículo, e continuo sustentando isso. Quando o veículo vai fazer aquela vistoria, que para o meu entendimento também deveria ser a única, porque, depois, o mercado regularia esses veículos, pode ter – e a EPTC tem que ser sensível a isso –, no painel, uma identificação de que esse veículo está creditado – simples, somente isso! Não há necessidade de identificação externa, porque, senão, o que estamos vendo é o grande temor deles, pois esse veículo vai ser alvo de vandalismo, de crime! (Palmas.) Alvo daquelas pessoas que não querem que esse serviço se consolide na Cidade.

A segunda questão que eu defendi aqui – e pena que vocês não estavam aqui para verem a votação dos Vereadores –, acho que temos que voltar a esse ponto, foi sobre a questão de poder ter somente um condutor por veículo. Se o cidadão ficar doente, como ele vai fazer? Ele tem que ter o direito, a esposa dele... É o veículo particular dele! Não é uma concessão do Estado, até, por isso, a identificação fica prejudicada. É o seu veículo particular e ele tem que ter o direito de sua esposa poder dirigir, ou o seu filho. Se ele está com a perna quebrada? Então, não podemos criar uma regra fixa. Outra situação: eu tenho dois veículos e eu quero ter uma renda extra com o meu filho, que tem possibilidade de dirigir, aí para o meu filho poder conduzir o veículo, eu tenho que passar o carro para o seu nome. É errado isso! Eu tenho que me desfazer de patrimônio para que o meu filho ou minha mulher possam trabalhar. Está errado isso, e tínhamos uma emenda para corrigir, vamos reapresentá-la agora.

A questão das placas, que eu fui totalmente contrário aqui, que somente poderiam ser placas de Porto Alegre. Bom, os Vereadores colocaram que o problema era econômico, era questão do IPVA, que parte viria para o Município de Porto Alegre. Eu tenho uma outra proposição. Eu tenho a proposição que, para placas de fora de Porto Alegre, se possa ter uma taxa um pouco maior da TGO, por exemplo, mas que se possibilite que essas pessoas trabalhem. Vamos possibilitar que as pessoas trabalhem, aí não vamos ter problema, o Município não vai ter problema de prejuízo econômico em função disso. Então, para placas de fora, se aumenta a TGO.

A questão da vistoria, já falei, acredito que a primeira vistoria é fundamental, mas o mercado tem condições mais efetivas e eficazes de controlar os veículos, que é o Poder Público. Tem sim! (Palmas.) Então temos a não identificação, mais de um condutor por veículo, placa de outras regiões, vistoria, e o último, que também foi sede de emenda minha e não foi aprovado por esta Casa, que a operadora – a Uber, a Cabify –, quando excluir um condutor, tem que dar o motivo desta fundamentado! (Palmas.) A partir disso, nós poderemos construir um serviço de uma qualidade ainda melhor – já é uma qualidade excelente, eu estou dando dados, diminuição de estupros, retorno das mulheres à vida noturna da Cidade em função da segurança. Nós vamos construir um serviço melhor e mais seguro para a Cidade. E, sem dúvida nenhuma, Presidente, se não há acesso de vocês ao cadastramento dos clientes, nessas situações de crime principalmente, isso tem que ser propiciado pela operadora. Não pode a pessoa se esconder atrás do anonimato. O anonimato não pode servir para esconder criminoso! (Palmas.) Então podem ter toda a nossa solidariedade e colaboração francas e fraternas. Contem conosco. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, e depois prossegue em Comunicação de Líder.

O SR. MAURO PINHEIRO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Parabéns, Presidente, pela sua iniciativa e dos demais motoristas de aplicativos por, em um espaço tão curto de tempo, já terem começado a se organizar, formando uma associação, para, dessa forma, terem voz para defender seus direitos. Vocês estão todos de parabéns por estarem presentes e por estarem buscando uma organização. Também quero parabenizar pelo serviço que vocês prestam à cidade de Porto Alegre. O serviço de transporte individual de passageiros, não só o que vocês realizam, mas como também o dos próprios táxis, melhoraram em muito a qualidade na cidade de Porto Alegre, tendo a concorrência de mais de um tipo de transporte, hoje, mais ainda, com a concorrência entre aplicativos. Quando temos mais de um na Cidade, isso força a que os próprios aplicativos busquem a melhoria constante para o melhor

atendimento da população, e quem ganha com isso é a cidade de Porto Alegre, os usuários, que hoje têm um serviço de mais qualidade sendo prestado. Com certeza, Ver. Dr. Thiago, o próprio comércio da Cidade, principalmente o noturno, ganhou com isso. Nós sabemos que a lei é bastante rigorosa com beber e dirigir, o que está correto, então, muitas vezes a pessoa deixava de sair de sua casa para ir até o bar, ou pela questão de segurança, como V. Exa. falou sobre as mulheres terem medo de sair à rua, ou até mesmo pelo elevado preço que se pagava antes para poder voltar para casa. Hoje, com os aplicativos que temos, com a concorrência, o preço é muito mais saudável, logo as pessoas retomaram o sair à noite, porque podem contar com o motorista do aplicativo à disposição para retornar a suas casas, até porque o serviço é de excelente qualidade, com um preço justo e sempre está à disposição. Quando se chama um aplicativo, levam dois, três minutos no máximo para o carro chegar e levá-lo ao seu destino; e mais, antes mesmo de embarcar, já se sabe o valor do serviço. Então, é um serviço que trouxe qualidade para a Cidade, trouxe de novo a vida noturna, as pessoas podem sair porque sabem que vão voltar em segurança a suas casas. Então todos vocês estão de parabéns, melhorando a qualidade do serviço, até mesmo trazendo as pessoas de volta às ruas.

Agora nos preocupa, sim, essa questão da segurança, Sr. Presidente, até mesmo porque já aconteceu um óbito de uma pessoa que estava trabalhando e acabou perdendo a sua vida. Tenho escutado e conversado com muitos motoristas de aplicativos da preocupação dessa questão de receber em dinheiro, tendo em vista que a fórmula de se chamar o motorista, o aplicativo, não tem muito controle diferente de quando se é chamado pelo cartão de crédito, que tem todo o relatório de quem chamou, o nome da pessoa, a identificação, por causa do próprio cartão de crédito. As pessoas têm nos falado que, para quem paga com dinheiro, o cadastro é muito mais simples do que os que pagam com cartão de crédito, quando deveria ser o contrário.

Então, vamos fazer um apelo aqui aos aplicativos no sentido de que dialoguem com a associação, dialoguem com os motoristas dos aplicativos e, quem sabe, até com a intervenção desta Casa, Sr. Presidente, para que possamos intermediar junto às empresas de aplicativos e buscarmos uma solução para melhorar esse cadastro para que seja identificada a pessoa que está chamando e assim melhorar a segurança desses motoristas. E, hoje, esta é uma profissão regulamentada em Porto Alegre. Então, eu gostaria, através do Ver. Cláudio Janta, que é o Líder do Governo, de solicitar para que interceda junto à Prefeitura Municipal, junto com ao Executivo e com a própria EPTC, para, quem sabe, se rever essa parte da identificação dos veículos, para uma questão maior ainda de segurança, para que os veículos não sejam identificados de forma externa, como sabemos que já tiveram muitos confrontos com os motoristas dos aplicativos. Então, nós queremos fazer um apelo para que seja revista essa parte da regulamentação. E há também essa questão junto aos aplicativos, de, através da presidência da Câmara, se tomar a iniciativa de marcar uma reunião com os aplicativos existentes hoje na cidade de Porto Alegre para discutir a melhor forma de pagamento, de um cadastro mais exigente para garantir a segurança de todos vocês.

Mais uma vez quero parabenizar todos vocês por estarem presentes, por estarem deixando de trabalhar para estar aqui reivindicando as suas demandas. Quero

dizer que esta Casa e este Vereador estão à disposição para, junto com vocês, batalhar por melhores condições de trabalho. Parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, e depois prossegue em Comunicação de Líder.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde aos colegas Vereadores; boa tarde a todos os convidados que estão nesta Casa. É muito bom contar com a presença de vocês. Inicialmente, eu gostaria de começar a minha fala agradecendo por ter todos aqui presentes. Eu nunca fui motorista de nenhum dos aplicativos, mas estive desde o início brigando para que esta regulamentação saísse do papel, estive nas audiências públicas enquanto alguém que acredita que há liberdade para se empreender, para dirigir seu carro, podendo oferecer um serviço de transporte alternativo na Cidade. Ele é fundamental para qualquer cidade que quer entregar melhores produtos e serviços para a população. Estive na audiência pública do Gigantinho e pude falar lá em defesa dos aplicativos, da regulamentação. Então, é, de uma certa forma, um orgulho poder ver isso aqui agora, ver avançando a discussão para um próximo nível. Parabéns pelo trabalho de vocês. Só ganha Porto Alegre por esse serviço, porque a gente acaba ampliando as modalidades de transporte na Cidade, reduzindo a dependência do carro particular, portanto ajudando, inclusive, no trânsito e no combate à poluição. Essa requisição, e aí a gente tem falado e discutido sobre a questão do uso do dinheiro dos aplicativos há algum tempo, é uma requisição bastante válida e importante, e é absurda a violência com que a gente está vivendo hoje. De fato, a gente tem trazido este tema aqui para a Casa diversas vezes. Estamos vivendo em um completo caos de violência urbana, que assola não só o nosso Município, mas o Estado e o nosso País, mas muito mais grave é a situação de Porto Alegre, que tem tido os seus indicadores crescendo, indo para as alturas.

É válido lembrar a responsabilidade que o Estado teve nisso – e aí, quando eu falo do Estado, eu não falo do Governo do Estado do Rio Grande do Sul tão somente, mas sim dos governos por terem conseguido quebrar as finanças públicas a ponto de não conseguirmos pagar os policiais, a ponto de não conseguirmos construir presídios, não conseguirmos ter competência para construir e dar solução para uma questão que é fundamental, que é respeitar o direito à vida do cidadão, que é o que a gente vê todo dia sendo solapado – e aí atinge tanto motoristas de aplicativos quanto taxistas, quanto pessoas que estão nas ruas caminhando, enfim, vivendo o dia a dia na Cidade.

Briguei pelo livre mercado e briguei pela não regulação, porque eu acho que a questão dos aplicativos foi toda uma briga em torno de um assunto e que a legislação saiu muito ruim, na minha opinião. Deveria ser muito mais flexível. Os táxis deveriam ser desregulamentados em vez de se impor barreiras para uma nova tecnologia, e o que

a gente teve, no final das contas, foi um serviço regulamentado, cheio de amarras, e que, inevitavelmente aumentou o custo para a Cidade, e a gente não teve, também, o desprendimento de desregulamentar para os taxistas. Acho uma discussão importante para a gente trazer para esta Casa.

Por acreditar no livre mercado e acreditar que esta inovação e novas tecnologias são importantes, eu acredito que a melhor forma de resolver este tipo de assunto é com concorrência. Já que a Uber é inflexível – eu vou nomear a empresa – em não aceitar dinheiro, a gente tem a Cabify para poder aceitar esses motoristas e fazer efetivamente um boicote de prestadores desse serviço de uma empresa com a outra. A Uber vai ter que ceder ou ela perde os seus motoristas. Essa é a maravilha da liberdade de mercado, quando tem empresas concorrendo e que elas têm que concorrer, não só pelo cliente, mas também pelo prestador de serviços. E, se ela não melhorar o seu serviço, se ela não melhorar a forma de se organizar, ela vai sair do mercado, ela vai ser prejudicada. E ela deve ser prejudicada se está prestando um mau serviço. E, neste caso, está.

Recentemente, eu estive reunido com alguns representantes da Uber, que nos comunicaram que estão fazendo uma atualização do aplicativo, já testando que novos usuários vão ter o CPF, no momento do cadastro, cruzados com a Receita Federal, para ser validado. Este é um primeiro momento que eles estão falando que vão fazer, e, depois, migrar para um teste de toda a base antiga de cadastros. É um primeiro passo pequeno, mas é importante, e esperamos que sigam nesse caminho para dar mais segurança para quem está prestando serviço.

Vale lembrar também que o problema de segurança é geral, e não somente pelo pagamento em dinheiro, apesar de que esse, de fato, é um ponto importante que prejudica tanto os motoristas de aplicativos como também os motoristas e táxis.

E aqui acho que é o ponto mais importante da minha fala, já que eu estive, desde o início, acompanhando esse processo de regulamentação, a gente tinha essa discussão sobre regulamentar ou não, engessar ou não, ter aí a TGO, ter aí mais de um motorista por placa – todas são questões muito importantes para viabilizar esse serviço. Ao mesmo tempo em que a chegada da Uber e dos aplicativos prejudicou os taxistas, a gente tem que ter a preocupação, e aí eu convido vocês também para refletirmos sobre isso, de não nos prejudicarmos ao pedirmos regulamentação também. Porque, da mesma maneira que o Estado muito tentou agradar a taxistas e muito tentou protegê-los com regulamentação, quando chegaram o Uber e os outros aplicativos, os taxistas ficaram prejudicados por todo esse excesso de precauções.

Então, cuidem para não serem os próximos a serem prejudicados. E aí eu falo como alguém que está sensível à causa, que gosta muito e é usuário desses aplicativos. Então, não quero que sejamos prejudicados.

Por último, eu gostaria de deixar claro que essa discussão é fundamental, é muito legal que podemos fazê-la aqui na Câmara, mas eu gostaria também que essa pressão fosse exercida de uma maneira contundente, quem sabe agora por essa associação de motoristas com os aplicativos, e quem sabe também fomentando que novos concorrentes viessem para a Cidade, oferecendo essas alternativas. Para mim,

como consumidor, quanto mais aplicativos, quanto mais alternativas e mais seguro for o transporte tanto para mim quanto para os motoristas, mais se beneficiam os motoristas, mais se beneficia a Cidade, mais se beneficia o consumidor. E aqui eu quero parabenizar a fala do Mauro, que foi muito bem colocada. Parabéns a vocês; parabéns, Mauro, pela fala. Agradeço a atenção de todos e me coloco à disposição, não só de vocês, mas também dos aplicativos – já que eu nomeei eles –, para tentar dirimir essa questão, que é fundamental.

Não vamos nos esquecer de que, abaixo de tudo isso, a raiz do problema é a crise na segurança pública, que precisa, sim, ser endereçada, porque, mesmo se corrigirmos o problema do dinheiro, o problema de roubo de carros, o problema de sequestros de veículos vai continuar ocorrendo porque o buraco é mais embaixo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição, e depois prossegue em Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e todas, eu queria cumprimentar o Reinaldo e, na tua pessoa, cumprimentar cada um dos motoristas e das motoristas que estão presentes na tarde de hoje. (Palmas.) Vou aproveitar só um gancho, já vou entrar no tema que vocês trouxeram, gostaria de registrar a presença dos diretores da Escola Larry José Ribeiro Alves e Liberato Salzano Vieira, ATEMPA e Simpa, que estão aqui convidando os Vereadores para virem à Frente Parlamentar hoje, às 18h45min, tratar sobre a situação das escolas do Município. Vários de nós trouxeram o assunto à tribuna, e esta Casa não teve nenhum espaço para ouvir a ATEMPA, para ouvir o Sindicato, para ouvir os professores e interferir nesse momento de crise, embora tenha vindo aqui o Secretário, convocado, é fundamental ouvir a comunidade e os professores sobre essa grave crise que acontece nesse momento na Rede Municipal.

Eu quero fazer algumas considerações, Reinaldo, sobre os dois temas que nos trouxeste. Primeiro, uma questão ideológica, e o Ver. Felipe Camozzato falou bastante do livre mercado. Nós pensamos absolutamente diferente nesse aspecto, porque, neste caso específico, o livre mercado buscava - esses operativos que são multinacionais, grandes multinacionais avaliadas em U\$ 65 bilhões na bolsa - buscava que, ao não ter regulamentação, não tivesse nenhum tipo de direito para vocês e para a população. Então o livre mercado, na verdade, significa a liberdade de exploração de oligopólios internacionais, para que não haja nenhum tipo de controle, inclusive da superexploração que os trabalhadores estão submetidos, e não só aqui em Porto Alegre, mas também em Porto Alegre. Eu quero trazer aos Vereadores uma história que ocorreu em um dos aplicativos em que um dos motoristas cadastrados havia comprado um carro parcelado, foi assaltado à mão armada por um passageiro do aplicativo que levou o carro. Ele foi desligado da plataforma e, ao ficar com a dívida de milhares de reais nas

parcelas do carro, foi recebido pelo aplicativo que disse que, como ele era cadastrado, ele não receberia o valor. Ou seja, na hora do lucro das 12, 10, 14 horas que os motoristas trabalham e os 25% automáticos revestidos à matriz, todos são parceiros e colaboradores; na hora da perda do trabalho, da exploração de coletar R\$ 0,75 sem apresentar nenhum plano de segurança efetivo para os motoristas, sequer o diálogo é feito com aqueles e aquelas que trabalham nesses aplicativos. Mais do que isso, a questão da motivação – e nós votamos a favor, Ver. Alex, para que houvesse, sim, motivação, na hora do descadastramento dos aplicativos, porque é muito fácil descadastrar quem está lutando por direitos trabalhistas, descadastrar quem está lutando por mais segurança, descadastrar quem está apresentando os problemas, e não dizer nada, Reinaldo. (Palmas.) Por isso que é muito importante a associação de vocês, para que haja esse entendimento da luta pelo direito dos trabalhadores. Eu, assim como um juiz de Minas Gerais, e juizes britânicos e estadunidenses, tenho a compreensão de que existe sim um vínculo empregatício, um vínculo trabalhista claro e que precisa ser perseguido no judiciário brasileiro, para que vocês sejam encarados como o que são: trabalhadores que precisam de direitos, indenização e etc. E o discurso do livre mercado faz com que vocês tenham a desregulamentação desses direitos. Eu quero lembrar que a Câmara retirou a obrigação da identificação. Vários trouxeram aqui que são contra, mas a Câmara retirou, por emenda, a obrigação dessa identificação nos veículos pelo problema de segurança, pelo problema da mobilidade que vocês trouxeram. Então, não sei porque aparece, na regulamentação, algo que já havia sido excluído da lei por uma grande maioria da Câmara de Vereadores. E digo mais, acho que é fundamental avançar na questão de um Conselho Municipal. Quanto a lei tramitou aqui, vocês sabem que eu e o ex-Vereador Kopttike havíamos feito uma lei de regulamentação. Nós estudamos a regulamentação em vários países e em várias cidades do mundo. Nós ainda não havíamos visto parâmetros brasileiros. Um dos temas que me parece importante resgatar é a ideia do seguro que, neste caso do Brasil, recaiu para os motoristas o pagamento do seguro sobre o seu carro, diante de uma situação no trânsito que pode ocorrer. Nós, quando estamos no trânsito, estamos sujeitos a um trânsito cada vez mais caótico. E nós identificamos que, na maior parte dos países, quem entra com seguro, no valor de um milhão de dólares, são os aplicativos, e não os trabalhadores. Aqui, mais uma vez, recaiu nas costas dos trabalhadores. Um milhão de dólares como o seguro global para a cobertura de eventuais acidentes que possam ocorrer. Mais que isso! Na nossa legislação, nós tínhamos o botão do pânico, e os motoristas nos falaram que não seria suficiente para a questão da segurança. Nos ouvimos e não apresentamos, como emenda, quando veio o Projeto do Executivo. Mas nós apresentamos uma comissão paritária, composta pela Prefeitura, pela EPTC, pelos aplicativos e também pelos trabalhadores dos aplicativos. Não pode a Empresa contratar quantos quiser, definir qual será o valor da questão da segurança e não informe a seus trabalhadores, que diga que o dinheiro vai entrar em circulação. E vocês veem, pelo jornal, que não tenham nenhum espaço em que eles tenham que prestar esclarecimentos não só à EPTC, mas ao conjunto de trabalhadores que estão lá nos aplicativos. Isso é inadmissível, e infelizmente a Câmara rejeitou a nossa comissão paritária que seria um conselho gestor,

também com usuários, porque precisamos prezar, sim, pelos direitos dos consumidores, um conselho gestor formado por todos esses atores que fazem parte da política de mobilidade e que, portanto, não só têm que ser ouvidos, como têm que ter encaminhamentos concretos. Eu concluo dizendo que vocês têm o nosso apoio nesta luta por segurança, nós temos convicção de que, obviamente, é um problema global do desmonte das políticas de segurança promovido pelo Governo Sartori, mas que, obviamente, medidas efetivas têm que ser feitas pelas empresas dos aplicativos para preservar a vida dos seus trabalhadores e também dos seus usuários. Vamos buscar, juntos, soluções, sabendo que é fundamental a organização de vocês, pois temos a convicção de que nesta plateia e neste plenário hoje estão trabalhadores...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Muito obrigado, Ver.^a Fernanda Melchionna. Sou Vice-Presidente da Casa, quero cumprimentar a todos e dizer que são muito bem-vindos. Cumprimento o Sr. Talgino Reinaldo Ferraz Ramos, Presidente da Ampritec, e saúdo, muito especialmente, a Dra. Andréa Firmino, nossa advogada, colega.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, e depois prossegue em Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, trabalhadores em aplicativos, Talgino Reinaldo, eu acho que desde o início que aqui nesta tribuna subi, procurava garantir o direito dos trabalhadores. Agora vêm os aplicativos, novamente, botar em risco esses trabalhadores. Quando aqui chegou um desses aplicativos, mostrei o vídeo a todos os colegas, dizia que não carecia de regulamentação. Esse aplicativo o tempo inteiro disse que não carecia de regulamentação. Esse aplicativo disse o tempo inteiro que ele trabalharia com um sistema inovador, de cartão de crédito, que facilitaria a vida das pessoas, que as pessoas não precisariam mais andar com dinheiro, seria mais seguro para os nossos filhos, seria mais seguro para nós, seria mais seguro para as pessoas saírem e não precisariam mais andar com dinheiro. E agora esse aplicativo tenta botar em risco a vida dos seus trabalhadores. Para mim vão ser trabalhadores a vida inteira, porque quem recebe pelo que faz é trabalhador, quem tem que cumprir regras é trabalhador, quem tem que cumprir normas é trabalhador, quem tem o seu desgaste físico, emocional é trabalhador, é trabalhador. E agora querem que esses trabalhadores recebam o quê? Dinheiro. A Prefeitura de Porto Alegre está implementando um sistema de transporte coletivo com cartão de crédito e de débito. Olhem bem, uma pessoa pode pagar R\$ 4,05, com cartão de crédito ou de débito, uma pessoa não pode pagar um aplicativo com cartão de crédito e débito! Muito estranho isso. Aonde 81% da

população desta Cidade recebe com dinheiro de plástico, nós estamos implantando em Porto Alegre um sistema transporte coletivo nos ônibus e lotações a questão do cartão de crédito e de débito, simplesmente, encima de uma palavra: segurança, somente essa palavra. E nós estamos num grande compromisso a Prefeitura de Porto Alegre de regulamentar e aceitar também cartão nos táxis de Porto Alegre. Porque o que vai regular o mercado, e tenho dito isso para os trabalhadores em plataforma de aplicativos, da Cabify, da 99táxis, da Easy e até da própria Uber, não vai ser o preço só, vai ser a qualidade do serviço. Então, o sistema de táxis em Porto Alegre vai ter que melhorar e muito; o sistema de táxis em Porto Alegre vai ter que ter uniforme; o sistema de táxis em Porto Alegre vai ter que aceitar cartão; o sistema de táxis em Porto Alegre vai ter que se adequar. Vai ter que se adequar, senão quiser sumir vai ter que se adequar. Agora, não pode em prol da vida, em prol da segurança das pessoas, a empresa que, durante todo período, por dois anos, ficou discutindo a questão de aceitar cartão de crédito, a questão de vir com um novo modelo, de uma hora para outra, colocar em risco da vida das pessoas. Não pode, isso está na contramão do processo de inovação que a Cidade está fazendo. Aí o Ver. Pablo diz para mim “mas é proibida a questão de não aceitar dinheiro”. Mas o cartão de débito é dinheiro, é dinheiro de plástico. Porto Alegre é a cidade que mais tem cartão de plástico, que mais aceita dinheiro de plástico no Brasil – é Porto Alegre. Estamos falando de vida, estamos falando em salvar vidas. E aí, Ver. Dr. Thiago, tudo que o senhor falou aqui veio na regulamentação. Acabou a história de um motorista só por carro. O senhor votou aqui o veto, nós vetamos a questão de um motorista só por carro. Nós vetamos, foi vetado. Não é mais só um motorista por carro, o senhor votou esse veto aqui. Foi vetado, acabou, não é só um motorista por carro. Acabou isso, não é só um motorista mais por carro. É, nós votamos aqui nesta Casa. Votamos aqui nesta Casa. E a questão da identificação também é segurança. Eu sei que muitos me criticaram tempos atrás, e, tempos atrás, o que eu queria era regulamentação, é garantir direitos dos trabalhadores, é garantir direitos. Hoje a Justiça do Trabalho já está dizendo que as senhoras e os senhores têm direitos, porque exigem de vocês. Exigem de vocês. Se podem tirar vocês do aplicativo, porque vocês ficaram uma semana sem estar com o aplicativo ligado, podem tirar também o cliente, que chama vocês, chegam lá na corrida, não cumpre a corrida. Podem tirar aquele mau motorista que fica queimando o aplicativo, aquele mau motorista que aparece no jornal. Agora, tem que ter as exigências exigidas na lei. O Presidente falou aqui, quem vai fazer isso? Quem vai fazer isso? Vai ter que ter lá folha corrida, vai ter que ter lá a apresentação de atestado de bons antecedentes. É isto que nós queremos oferecer para a população de Porto Alegre, que as senhoras e os senhores sejam reconhecidos com um serviço legal na cidade de Porto Alegre e acabar com esta história...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: ...Vamos continuar lutando para melhorar a vida dos trabalhadores, esse é o nosso compromisso, dos trabalhadores de aplicativos, de transporte rodoviário, de táxis. Agora, o que nós não podemos ver é as pessoas serem exploradas, e muitas vezes as senhoras e os senhores estão sendo explorados, muitas vezes as senhoras e os senhores estão sendo plenamente explorados, porque, se não ligar o aplicativo por uma semana, são cortados; agora, se chegam na porta de um cliente e ele não está – pegou um outro aplicativo, ou seu carro, ou um táxi –, o que acontece com esse cliente? Nada! Nada, exatamente nada! Então, nós vamos seguir lutando para melhorar a vida dos trabalhadores e suas famílias. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cláudio Janta reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Boa tarde, quero cumprimentar a Ampritec, todos os senhores e as senhoras que vêm à Casa, quero dizer que falo aqui em nome da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – do Ver. Idenir Cecchim, da Ver.^a Comandante Nádia, do Ver. André Carús, do Ver. Mendes Ribeiro e em meu nome – e dizer que nós defendemos, desde o ano passado, a vinda dos aplicativos para a Cidade, achamos que isso era importante, especialmente para o consumidor, para o cidadão de Porto Alegre. Nós temos a consciência, na nossa bancada, de que a competição é positiva, desde que se resguarde a justa competição, e aí é a nossa visão que difere um pouco de outros Vereadores, de que não deve haver o Estado máximo, nem ausência de Estado, mas um Estado que possa induzir o desenvolvimento, por um lado, e estabelecer justiça, por outro. Nesse sentido, nós vimos avanços: num primeiro momento, nós já quebramos a história, que era perversa em Porto Alegre, dos barões das placas. Uma placa valia R\$ 700 mil, o aluguel de um carro, por mês, era de R\$ 50 mil, R\$ 60 mil, R\$ 70 mil. Isso se quebrou e foi positivo, assim como o aumento da qualidade do próprio táxi, que também foi extremamente positivo. Agora, obviamente, eu sei que existem algumas novas pautas e demandas. Uma reflexão que fica aqui é que, se nós igualarmos, na Justiça do Trabalho, Uber a qualquer outro, nós vamos expulsar os aplicativos do Brasil, porque não é essa a lógica. Não pode haver isso, tem que haver liberdade, tem que haver regulamentação, mas tem a sua própria lógica.

No mais, queremos dizer que somos favoráveis, que lutamos pela implantação dos aplicativos, do Cabify...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): ...Enfim, lutamos pela aplicação, vimos aprovado aqui, sabemos que tem algumas questões em aberto, como a questão da segurança, que é uma chaga que afeta toda a sociedade – não é diferente com os motoristas que estão trabalhando nas nossas ruas –, e a questão da placa de Porto Alegre ou de fora daqui. Na verdade, pedimos que vocês compreendam; nós queríamos – e queremos! –, como Vereadores da Cidade, preservar a economia e os empregos de Porto Alegre, assim como a destinação dos impostos, fazendo com que essa riqueza fique na Cidade. Quanto à identificação do Uber, eu mesmo defendi, naquele momento, que não poderia ser igual ao táxi. Se fosse igual ao táxi, feriria a liberdade do cidadão de poder escolher entre um táxi e um transporte alternativo, como é o caso do Uber.

Sejam sempre bem-vindos! Na nossa bancada, vocês sempre vão encontrar as portas abertas para nós discutirmos as questões que são importantes para vocês. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. CASSIÁ CARPES: Quero, primeiro, saudar e parabenizar o Presidente Talgino pela atividade e pela entidade que representa aqui. Eu não tenho tempo para entrar no mérito; vou me deter, principalmente, na questão da insegurança, que não é só para vocês, mas para toda a cidade de Porto Alegre, para todo o Estado e para todo o Brasil. Hoje de manhã – para aproveitar a oportunidade –, no Centro, já houve uma ação muito forte da Brigada Militar, da Guarda Municipal e da SMIC, que já deram uma limpada lá. Nós queremos que, depois, isso vá para as comunidades e que venha também a ajudar vocês, que fazem parte de uma categoria muito bem-vinda. Não posso entrar no mérito, porque eu não estava aqui no ano passado, quando a atividade de vocês foi regulamentada. Mas quando se regulamenta uma questão dessa natureza, ela parte do Executivo. O Legislativo sacramenta, faz emendas, aperfeiçoa, modifica, etc. Mas a concessão é do Município. A EPTC pertence ao Município. Portanto, a atribuição é do Município, não é desta Casa.

Quero parabenizá-los e dizer que é uma pena o que este Governo Estadual fez com a Segurança Pública. Não deu prioridade. A nossa Brigada, Polícia Civil foram desprestigiadas, sua auto-estima está baixa, mas mesmo assim estão fazendo muita coisa pela segurança. Tenho certeza que vão fazer mais, porque são instituições que nos representam e temos orgulho em tê-las no Estado do Rio Grande do Sul. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, quero trazer um abraço especial ao Presidente Talgino Reinaldo Ferraz Ramos e a todos aqui nesta tarde. Ouvindo o Ver. Cassiá, até facilitou a nossa exposição que será breve. Na verdade, a iniciativa parte do Executivo. Mas que bom que vocês estão aqui capitaneados por ti, Presidente Talgino, nesta tarde. Porque, na verdade, as questões saem do Executivo e vêm para cá. Aqui nós discutimos. Toda vez que votamos, ouvimos desaforos de um lado ou de outro, mas isso é da condução política e democrática da cidade.

Nós, aqui na Câmara, estamos atentos e estaremos acompanhando muito de perto. Vamos deliberar sobre temas.

Queremos trazer aqui a nossa saudação e cumprimentos, primeiro pelo serviço que vocês prestam, já falaram com bastante propriedade, pela qualidade do serviço. A cidade de Porto Alegre há muito tempo esperava por ele, e nós, aqui vamos tratar de uma série de temas, essencialmente, sobre a segurança que é um ponto bastante necessário de tratarmos e vamos estar juntos nessa caminhada. Eu falo aqui em meu nome e do Ver. Paulinho Motorista, do meu Partido, o PSB. Aquele abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. MÔNICA LEAL: Boa tarde a todos e a todas, pessoas que nos assistem, em especial, aos trabalhadores que nesta tarde nos brindam com as suas presenças. Eu ouvi atentamente todas as falas, Presidente, e me reporte para o ano de 2015 ou 2016, por aí, quando eu era vereadora suplente, e subi a esta tribuna para defender o aplicativo do Uber, por acreditar na importância da livre iniciativa, da liberdade, sou contra qualquer tipo de monopólio, enfim. Muito fui criticada nesta tribuna, por taxistas, que inclusive, me mandaram para casa lavar roupas e ficar atrás do fogão. Mas eu não me amedronto com ameaças e agressões, pelo contrário, eu sou movida a convicções e quero dizer para vocês que eu acredito nesse trabalho, sou incentivadora, assim como também respeito o serviço de táxi. Nós temos que oferecer à população de Porto Alegre a escolha do melhor serviço. Agora, no que diz respeito à segurança, eu quero compartilhar, e vai ser a primeira vez, acho que nem meus colegas souberam disso, porque não houve oportunidade, eu fui ao Prefeito Marchezan e passei essa minha preocupação, pelo fato, logo que aconteceu, do motorista do Uber que foi assassinado, houve assaltos, Eu em seguida, por ter domínio na área da segurança, eu penso que o fato de agora serem aceitas corridas com pagamento em dinheiro os faz vítimas em potencial. Levei essa preocupação, porque nós estamos vivendo uma violência nunca vista na Capital do Rio Grande do Sul, enorme, cada vez mais em todos

os bairros, em todas as horas, e isso me trouxe imediatamente a preocupação, conversei com o Prefeito e ouvi dele, e quero contar para vocês aqui. Se por acaso ele tivesse a impressão errada, creio que nós precisamos, através de vocês, levar essa opinião, essa ideia de vocês. Ele me disse que tinha recebido essa sugestão dos motoristas do Uber, de cobrar em dinheiro. Então penso que é importante que possamos levar para o Prefeito que é o contrário, que vocês se sentem em completa insegurança, como eu também penso. Me proponho a fazer essa intermediação.

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. MÔNICA LEAL: Eu acredito, realmente acredito que vocês tenham esse sentimento, que ele esteja certo. Por outro lado, quero dizer, senhores e senhoras, por favor, é um apelo que faço, não se emocionem com esse discurso de vínculo empregatício. Vocês precisam do contrário! Vocês têm que lutar, com o nosso apoio, estive conversando com os meus colegas - Ver. Mendes, Ver. Valter -, vocês precisam justamente é atuarem como profissionais liberais. Nós estamos desse lado. Eu me coloco do lado de vocês para buscar essa conquista. Subi na tribuna para dizer que estive fora, como Suplente, por isso que vocês por um tempo não ouviram o meu apoio, mas, desde o início, estive sob todas as formas apoiando que isso acontecesse na Cidade de Porto Alegre. Sou uma defensora, uma admiradora do trabalho de vocês, e que tenhamos vitória em todas essas causas trazidas hoje. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, senhoras e senhores, eu falo em nome do Ver. Adeli, Ver. Oliboni, Ver. Sgarbossa. A nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores trabalhou pela regulamentação do Uber sim, para reconhecer e organizar esse trabalho. Sabíamos que era uma experiência nova, mas que, na clandestinidade, não poderia mais continuar a sofrer violência, discriminação; a guerra que estava na rua. E nós temos claro que, num período de experiência, é necessária a avaliação que vocês estão reivindicando. E parabéns pelo fórum de interlocução com o Governo Municipal, com a organização de vocês com a associação, algum tipo de organização, porque é impossível nos remetermos a seis, sete mil trabalhadores sem uma organização que faça assembleia que os represente. Eu acho que esse é um avanço muito importante. Nesse sentido eu não vou entrar em detalhes porque só vamos usar dois minutos.

Nós temos a convicção que o tema da violência tem um grande fator; a Zero Hora publicou esses dois gráficos (Mostra gráfico.), que mostram claramente que conforme, na linha azul, foi reduzindo o efetivo da Brigada Militar no trabalho com segurança – a redução está em azul – nós temos 1.800, menos de dois mil agora –, foi aumentando o número de homicídios na cidade de Porto Alegre. Então, nós não

podemos achar que pequenas soluções vão resolver o problema da violência que vocês estão vivendo e gritando aqui para que a Cidade tenha uma atenção e o Governo do Estado também tenha atenção. Nós vivemos, nos...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: ...Ver. Oliboni, só para encerrar, nos últimos, 400 assaltos nos coletivos de ônibus. Então, o que vocês estão vivendo, as lotações estão vivendo, os clientes dos ônibus estão vivendo; nós temos que ter política pública que dialogue com os diferentes modais para construir segurança: segurança para o cidadão na rua, segurança para o cidadão que vai utilizar os aplicativos, o táxi, o ônibus, o lotação. Esse debate a Câmara tem que puxar para cá, com o Governo do Estado, os órgãos de segurança e a Prefeitura de Porto Alegre construindo mecanismos. Não basta tirar o dinheiro daqui e dali, eu tenho certeza de que a segurança é muito mais complexa do que, às vezes, a gente pensa. Esse é um dado claro, nítido e que mostra o caminho. Parabéns pela organização de vocês! Nós queremos apoiar esse avanço.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Sr. Talgino Reinaldo Ferraz Ramos está com a palavra para as suas considerações finais.

O SR. TALGINO REINALDO FERRAZ RAMOS: Eu agradeço a todos os colegas que participaram hoje. Não é a Ampritec que está aqui, e sim os motoristas por aplicativo que estão sendo representados. Agradeço os Vereadores que nos apoiaram. O que o motorista quer mesmo é segurança. A segurança que ele precisa é a mesma segurança com que ele vai transportar os passageiros em geral. Ele não pode trabalhar inseguro, porque ele não vai conseguir transmitir a mesma segurança. O motorista por aplicativo só existe porque a população aceitou, a população quis, não foi o motorista que botou goela abaixo, dizendo que ia ser motorista e pronto. Quando surgiu essa oportunidade de trabalho, a população, 99% dela aceitou a nossa profissão, aceitou aquela balinha, aquela aguinha, aquele mimo que a gente dá para ela. E a gente faz isso com amor e dedicação. Pessoal, muito obrigado a todos os que compareceram aqui hoje.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Agradecemos a presença do Sr. Talgino Reinaldo Ferraz Ramos, Presidente da Ampritec. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h50min.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein – às 15h51min): Estão reabertos os trabalhos. O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde Sr. Presidente; Sras Vereadoras e Srs. Vereadores; todos que estão nos assistindo; Ver.^a Jussara, é um prazer tê-la aqui, pois és uma lutadora. A minha fala aqui é breve e bem emocionada pelo que vi ontem, junto com o Leonardo Maricato, que é representante da Liga da Escola de Samba de Porto Alegre, e com os meus colegas da CECE, Vereadores Alvoni Medina e Matheus Ayres – infelizmente os Vereadores Reginaldo Pujol e Sofia não puderam comparecer por suas agendas. Ontem, visitamos o Porto Seco para ver como está sendo preparada a estrutura do sambódromo para o desfile desse final de semana. Saí muito contente, muito satisfeito com o que vi. Apesar do corte das verbas do carnaval deste ano, ocorreram muitos avanços, Ver.^a Sofia, em relação à estrutura do ano passado: a iluminação recebeu muitas melhorias, assim como a parte sonora e a distribuição do público na arquibancada que melhorou. Tenho certeza de que apesar do pouco dinheiro, o carnaval de Porto Alegre não morrerá. Isso é importante para mim, e a gente fica muito contente. Um dos meus projetos, como Presidente da CECE, é fazer a estrutura do Complexo Cultural do Porto Seco ser usada durante todo o ano pela população e não apenas nos dias de carnaval. A população que vive em torno do sambódromo precisa participar mais efetivamente do carnaval, fazer parte também deste espetáculo.

Ai, quando eu voltei, participei de um ato dos profissionais da Secretaria Municipal de Esportes e resolvi vir ao Plenário para falar com essas pessoas, Fiquei emocionado com essa luta. A batalha pela educação, pelo esporte, pela cultura e também contra o preconceito racial é minha principal bandeira como Vereador de Porto Alegre - eu estarei sempre ao lado dessas bandeiras.

Ontem citei aqui como é importante a educação e o esporte. Eu sou até suspeito para falar porque eu nasci dentro do esporte, eu vivi o esporte e sei como o esporte é maravilhoso, pois ele nos dá o companheirismo, a inclusão social, a educação, a disciplina. Ontem, ver o Plenário cheio, me deu uma alegria muito grande, e fiquei muito emocionado. Eu sempre disse que esses votos são do meu coração. Assim como joguei no Grêmio, os gols que eu fazia, os piques que eu dava pela cor azul, pelo Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense... Muitos torcedores, na rua, me diziam: “Bom, a gente quer te agradecer”. Não, não estou fazendo mais do que minha obrigação em lutar por aquilo que eu acredito. Os aplausos são muito bons, nos dão alegria, nos envaidece, assim como as vaias nos entristecem e nos fazem levantar e corrigir aquilo que está errado.

Então, eu não venho aqui, na tribuna, somente pelo aplauso, venho aqui com a convicção daquilo que estou votando e que é bom para o povo de Porto Alegre, que foi quem me colocou aqui, acreditando no meu voto, na minha simplicidade, na vontade

de ver uma cidade justa, com menos violência e as nossas crianças sendo os futuros cidadãos desta Cidade. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Eu que agradeço, Ver. Tarciso, nosso querido colega, meus cumprimentos.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Só gostaria de comunicar à Mesa um requerimento que foi protocolado no dia 20 de março, por mim, para a Procuradoria Especial da Mulher, desta Casa, solicitando que o convite feito à ex-Presidente Dilma Rousseff para palestrar nesta Casa, no dia 30, seja feito pelo mandato da Ver.^a Sofia Cavedon, uma vez que não houve consenso entre as quatro Vereadoras, pois três foram contrárias em chamar a ex-Presidente para palestrar na Câmara pela Procuradoria, ficando a sugestão de que o convite seja pelo mandato da Ver.^a Sofia Cavedon. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver.^a Comandante Nádia, que comunica que foi protocolado um requerimento, que certamente terá a sua continuidade junto à Mesa.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a debater sobre o assunto Saúde das Mulheres e Meninas, um Direito a Garantir. Convidamos para compor a Mesa a Sra. Jussara Cony, ex-Vereadora e Coordenadora da Conferência sobre a Saúde da Mulher em 2017; e a Sra. Cíntia Barenho, representante da Marcha Mundial das Mulheres.

A Sra. Jussara Cony está com a palavra.

A SRA. JUSSARA CONY: Boa tarde, Sr. Presidente, em seu nome e em nome da Ver.^a Sofia Cavedon, que nos fez este convite, cumprimento a todos os Vereadores e as Vereadoras desta Casa, e a Cíntia, companheira desta Mesa e de várias lutas. Quero agradecer, Ver.^a Sofia, este convite, exatamente porque estou aqui como uma das três coordenadoras da Conferência Estadual de Saúde das Mulheres, eleita como Conselheira Municipal de Saúde, representando a UAMPA, eleita pelo Conselho Estadual de Saúde, assim como as duas (Problemas técnicos no som.) fazem parte dessa coordenação, para que possamos levar à frente, Sr. Presidente, a Conferência Estadual de Saúde das Mulheres. Iniciaria dizendo que essa 2ª Conferência Nacional da Saúde das Mulheres, que foi chamada pelo Conselho Nacional de Saúde, é parte decisiva para nós, mulheres, de um processo de resistência a todas as formas de retrocesso, de violência, de perda de direitos. Direitos que, aliás, não foram dádivas, mas conquistas da nossa unidade, da nossa amplitude, do movimento das mulheres, das trabalhadoras,

dos trabalhadores e do povo brasileiro sob o ponto de vista dos nossos direitos sexuais e reprodutivos, os direitos humanos à igualdade, à democracia. Eu sempre citei, quando Vereadora nesta Casa, o filósofo Fourier, a quem sigo, e citarei novamente: “O grau de emancipação das mulheres em uma sociedade é o termômetro geral através do qual se mede a emancipação geral”. E são mulheres hoje, Vereadoras, resistindo ao longo da história, adoecidas pelo mundo do trabalho; nós que geramos riquezas, e nos são impostas as mais variadas e criminosas formas de violência, de discriminação. E isso ataca a saúde, nós não nascemos doentes, nós somos adoecidas pelo mundo do trabalho, pela dupla e tripla jornada de trabalho, a medicalização – um dado, como farmacêutica também, importante que é necessário dizer a esta Câmara Municipal que 70% das mulheres de todas as idades que entram pela atenção básica são medicalizadas psiquiatricamente. Então, é uma sociedade que está nos adoecendo sob todos os aspectos. Hoje, o momento que vivemos no nosso País é um cotidiano de aviltamento à nossa saúde. Por exemplo: o ataque, através do ajuste fiscal, à maior política pública do mundo em que colocamos a nossa luta, nossa militância, das mulheres, dos homens, para construir o Sistema Único de Saúde, por conta desse ajuste fiscal que caminha *pari passu* com o ataque também aos trabalhadores e, de uma forma muito particular, às mulheres, que é a reforma da Previdência Social. Se estamos durando mais, é como que um milagre durar mais quando somos aviltadas do jeito que somos. Nós somos a maioria das protagonistas do Sistema Único de Saúde e das lutas por uma previdência que atente para essa dupla jornada de trabalho e por uma previdência que atente e, portando, não pode tirar os nossos direitos, para aquilo que é fundamental. É o nosso processo não só de participação popular, mas o nosso processo de inserção nesse mundo do trabalho gerador de riquezas. Pelo tempo não podemos discorrer mais sobre outras questões, mas quero dizer que todo esse processo que culminou com a construção do SUS, desde a reforma sanitária, a VIII Conferência, a 1ª Conferência Nacional das Mulheres, logo após a VIII, foi demanda da luta das mulheres, dos profissionais de saúde e dos usuários, cuja maioria é de mulheres também, por essa política pública, numa busca na Constituição brasileira, na garantia de que saúde é um direito de todos e dever do Estado e que saúde passa por uma unidade – União, estados e municípios –, sob o ponto de vista republicano, e por transversalidades com outras políticas sócias.

Quero dizer, senhores, que estamos aqui para divulgar essa 1ª Conferência Estadual de Saúde das Mulheres, que será de 9 a 11 de junho, no Salão de Atos da Universidade Federal. Estamos buscando, por intermédio dessa discussão, também a promoção da nossa igualdade política, econômica, social, cultural e de cidadania. Ao mesmo tempo em que se está realizando essa conferência, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, atentem que estão se realizando os planos municipais de saúde, com resultado de uma eleição na qual 80% dos novos gestores é a primeira vez que são gestores. E estamos trabalhando muito nisso, porque queremos que os planos municipais de saúde contemplem os direitos das mulheres, sobre todos os aspectos, à sua saúde.

A temática central é: Saúde das Mulheres: Desafios para integralidade com equidade. E seus eixos principais são: Implementação da Política Nacional de Atenção

Integral à Saúde das Mulheres, e os seus desdobramentos na política estadual e nas políticas municipais; Diretrizes para definir a Política Estadual de Atenção Integral à Saúde das Mulheres. As temáticas que estamos discutindo dentro dessa temática geral, primeiro, é o papel do Estado, o Estado como indutor do desenvolvimento, que tenha como elemento fundante a qualidade de vida. Sem SUS, sem política de qualidade aos direitos sexuais reprodutivos e com os direitos das mulheres, nós não teremos um desenvolvimento com a nossa qualidade de vida. O mundo do trabalho, onde somos adoecidas, onde nossas dores e nossas vidas são banalizadas. E aqui eu chamo atenção também para além das usuárias – que são a maioria, porque cuidamos do mundo –, a atenção para os trabalhadores e trabalhadoras em saúde, em que a maioria também é de mulheres. Cuidar dos cuidadores, cuidar dos trabalhadores, aqueles que cuidam da nossa saúde. Terceiro item é a vulnerabilidade e equidade. Quem somos? É isso que estamos perguntando. Estamos ou não sujeitas à dinâmica de uma vida que nos faz sujeitos da história, ou estamos apartadas de fazer a história? Não, estamos fazendo a história. O que é que nos faz mais ou menos vulneráveis? Aqui está imbricada essa questão da vulnerabilidade, no meu entendimento, a questão de uma sociedade de classes que, para se manter, ataca e nos vulnerabiliza através de nossa maior riqueza, que é a nossa diversidade humana e cultural. A todos, Ver.^a Sofia, mas a nós, de uma forma particular. Porque nós, mulheres, Vereadoras, somos diversas em etnias, culturas, gêneros, orientações sexuais, idades e uma infinidade em aberto sempre na possibilidade e perspectiva no processo evolutivo da humanidade, onde somos parte decisiva e importante. O que deveria ser encarado como riqueza pela sociedade é usado para garantir o poder e, no mundo do trabalho, nos torna exploradas, oprimidas, adoecidas e absolutamente vulneráveis, até porque exercemos a dupla jornada de trabalho. A função social da maternidade não é reconhecida pelo Estado, como Poder. e, ao mesmo tempo, nos vulnerabiliza exatamente por esse não reconhecimento com a falta de equipamentos sociais e com a falta de portas de entrada, principalmente na saúde, que nos garantam olhar diferenciado, exatamente por nossa diversidade. Por isso, numa conferência de saúde da mulher, a equidade para nós é determinante para a garantia de políticas públicas que levem em consideração que nós não nascemos doentes, que somos adoecidas pelos valores de opressão da sociedade, machismo, fundamentalismo, racismo, por esse mundo do trabalho, e que somos diferentes dos homens. Somos diferentes. Agora, ser diferente não pode mais significar ser inferior. E o quarto item são as políticas (falha no som.) e a participação social. Políticas públicas são construídas no patamar de direitos humanos e de dignidade só se houver o protagonismo em unidade e amplitude dos agentes da história. Por isso que fortalecer uma conferência como essa é importante, porque lá, Vereadores, estão os gestores dos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional, estão os trabalhadores em saúde e estão os usuários do SUS. Então, há uma relação dialética entre vida, saúde, cultura, qualidade no viver, plenitude em ser com a unidade daqueles que se juntam para construir o novo, em contraponto ao momento que estamos vivenciando. Nós temos que valorizar os protagonistas, que são os produtores de saúde, lutadores por esse direito humano.

Finalizo dizendo que a saúde da mulher é estratégica para essa resistência, precisamos resistir à mudança da Previdência, à retirada dos nossos direitos e a um ajuste fiscal que congela por 20 anos o aporte de recursos em setores estratégicos como a educação e a saúde. E a história, na prática, nos leva a uma reflexão com essa, na busca de transformações de fundo para a sociedade brasileira. Afirmo, finalmente, a coragem das mulheres mostradas neste 8 de março e nas dinâmicas da vida, onde participamos, é muito maior do que o crime dos que pretendem retirar os nossos direitos. Já mostramos isso ao longo do processo histórico da humanidade, e nós mulheres estamos aqui nesta Câmara Municipal, a Cíntia e eu, neste momento, agradecendo e dizendo que a saúde para nós mulheres não é apenas a saúde física, o direito de tomar remédio, até porque tomar remédio e ter que ir para o hospital não é saúde, é doença. Falo da saúde mental, física, espiritual, cultural de todos nós. Dos homens também estamos querendo cuidar: na nossa conferência, vamos discutir com a participação de, no mínimo, 60% de mulheres e, no máximo, de 40% de homens. Então, os homens estão também convidados a participar. Muito obrigado.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Sra. Cíntia Barenho está com a palavra.

A SRA. CÍNTIA BARENHO: Boa tarde a todos e a todas. Quero agradecer à presidência e à Procuradoria-Geral da Mulher na pessoa da Ver.^a Sofia Cavedon por este convite, para estar aqui tratando de um tema tão importante para nós na Marcha Mundial das Mulheres, que é o movimento que estou aqui representando, um movimento internacional que, em vários países, se organiza a partir de coletivos de mulheres, coletivos que buscam, então, nos seus países, de uma forma também coletiva, internacionalmente, pensar esta luta das mulheres a partir das perspectivas locais e também internacionais.

Para nós, o feminismo, esta temática em que atuamos, passa especialmente por lutar contra uma sociedade patriarcal e capitalista, que, ao longo da sua constituição, negou essa autonomia dos corpos das mulheres, essa autonomia de nós, mulheres, como seres pensantes, como seres que podem também tomar decisões sobre a sua vida, sobre o seu corpo, sobre todos os aspectos da sua vida. Para nós, autonomia é esta capacidade de decidir sobre os rumos da sua própria vida e colocar em prática essas decisões.

Quando o assunto é maternidade, o direito a pensar todos os aspectos ligados a uma maternidade é negado para nós, mulheres. Estou aqui no Brasil, em Porto Alegre, e estou falando especialmente da perspectiva aqui no Brasil, porque, em alguns outros países, conforme alguns dados que vou trazer e a gente vai conversar, esta autonomia não está mais sendo negada. Em geral, a sociedade nos vê, nós, mulheres, como mães por natureza; todas as mulheres são consideradas mães por natureza, e é um destino para as mulheres serem mães. Isso já está dado desde que o mundo é mundo, que as mulheres, em algum momento da sua vida, têm que ser mães.

A maternidade, na nossa perspectiva feminista, não pode ser simplesmente pensada como algo biológico, como algo dado, como um destino das mulheres. Ela precisa ser pensada como algo social, uma construção social, também. Por conta disso, por a gente pensar esta construção social, e a sociedade fingir que pensa que é biológico mas, de fato, ela trabalhar como algo social, ela tem negado às mulheres o direito de decidir sobre os seus corpos, e, mais do que isso, de escolher se as mulheres querem interromper uma gravidez indesejada ou se querem levar adiante uma gravidez como desejada. E, para isso, o Estado – a gente pressupõe, enquanto mulheres, que o Estado, que a sociedade garantam as melhores condições para que as mulheres possam decidir plenamente ou exercer plenamente a sua decisão.

Quando a gente fala que o aborto deve ser legalizado, é para que as mulheres possam, então, ao vislumbrar a sua vida e perceberem que uma gravidez, naquele momento, precisa ser interrompida, que o Estado e a sociedade acolham essa mulher e garantam o seu direito à autonomia do seu corpo; ou que uma mulher que, ao decidir que, sim, quer ser mãe, quer vivenciar a maternidade, o Estado garanta todas as condições plenas para que ela possa exercer a sua maternidade, não só naquele período de nove meses no qual ela está gerando um feto que vai vir a ser um nenê, mas também para além disso, que garanta as condições sociais, as condições de creche, as condições de educação, de saúde para que essa criança efetivamente se desenvolva, e que a saúde dessa mãe, também, efetivamente, possa ser plena.

Então, quando o Estado nega às mulheres esse direito, ao não respeitar a autonomia das mulheres sobre seus corpos, não só o Estado se onera, mas como também onera toda a sociedade, uma vez que depende da vida dessa mulher para o seu desenvolvimento pleno. Então, se não garante as condições para a mulher interromper uma gravidez indesejada, haverá, sim, uma série de complicações de saúde, que trago dados aqui. Dados mais atuais do Ministério da Saúde e da OMS apontam que, no Brasil, já são mais de 800 mil mulheres que abortaram clandestinamente, e, por conta disso, por ser um processo clandestino, os dados apontam que são feitas 250 mil internações anuais pós-aborto clandestino. Então, é clandestino, mas as mulheres dependem do SUS para que a sua saúde seja garantida em função do Estado ter negado esse direito pleno delas. Com isso, as contas variam em quase R\$ 150 milhões, que o SUS gasta, anualmente, para esse procedimento ser feito. Então, é clandestino, mas o Estado negligencia e precisa também tomar providências sobre isso. Os dados apontam, então, que 20% das mulheres que abortam o fazem já tendo um filho, então, não é uma coisa que se coloca como algo de adolescente, ou algo de irresponsabilidade das mulheres; dois terços dessas mulheres que abortam apontam que são católicas; 70% das mulheres que abortam já têm filhos; 82% das mulheres abortam nos três primeiros meses de gestação, que é o que garante ainda uma saúde para elas; 70% das mulheres que decidem abortar estão vivendo relacionamentos estáveis ou são casadas, inclusive, ao serem perguntadas, as adolescentes também apontam isso, quase 95% das adolescentes quando procuram o aborto clandestino apontam que estão vivendo também um relacionamento estável. E 30% desses abortos ilegais podem causar uma série de questões sobre a saúde das mulheres, principalmente uma infecção no sistema

reprodutivo, sendo que uma a cada quatro mulheres que precisam recorrer ao procedimento de aborto ilegal sofrem sequelas, então algo diretamente relacionado também com a questão da Conferência da Saúde e com toda essa garantia de saúde que a Constituição busca para os cidadãos e cidadãs brasileiras. E cerca de 50% a 80% das mulheres que abortam estão utilizando os remédios, e a maioria dos países que permite o aborto é pelo uso de medicamentos, inclusive a OMS, Organização Mundial da Saúde, considera como um medicamento essencial para essa garantia da autonomia das mulheres. E se a gente observar os países que permitem o aborto, 80% dos países desenvolvidos ainda nessa esfera, apesar de não gostar muito desse termo, mas 80% dos países desenvolvidos permitem que as mulheres exerçam a autonomia de seus corpos. E 98% dos abortos clandestinos que acontecem no mundo, acontecem nos países em desenvolvimento, ou seja, nos países em que o aborto não é legalizado. Então sempre mostram os dados que mesmo com o aborto legalizado não há um aumento dessa prática pelas mulheres, mas, sim, uma garantia da autonomia e uma garantia de que elas possam exercer esse direito garantindo pelo menos a sua saúde. Então essas pesquisas, esses dados colocados agora, às vezes, ficam um pouco demais como dados, mas eles apontam a magnitude do aborto no Brasil, evidenciam a hipocrisia da legislação que, mesmo proibindo que as mulheres interrompam uma gravidez indesejada, elas estão buscando formas clandestinas de ter a autonomia de seus corpos. Essa clandestinidade e esse silêncio criam representações sobre o aborto que estão longe de ser a prática e a experiência da maioria das mulheres. Até mesmo o acesso à informação reprodutiva das mulheres vem sendo negado, inclusive com projetos que estão tramitando na Câmara Federal que criminalizam inclusive tratar desse tema cotidiano das mulheres, o tratar da questão do aborto pode ser criminalizado na perspectiva desse PL. Então, se a gente pensar a Conferência que é um processo de acesso à informação, e se a gente pensar a nossa história, enquanto mulheres, veremos que as nossas amigas, as nossas mães, as nossas avós, as nossas primas, todas as mulheres da nossa convivência têm alguma história sobre o aborto clandestino para nos contar e sobre o quanto, se ele fosse garantido pelo Sistema Único de Saúde e pelo Estado, essas histórias estariam muito diferenciadas. E muitas mulheres não teriam morrido nesse caminhar de busca de autonomia de seus corpos, seja ela clandestina ou não. E, para encerrar, falo sobre a negligência do Estado. Ele promove a clandestinidade do aborto, alimentado o mercado de clínicas. O Estado se omite ao tratar do aborto como uma problemática da saúde das mulheres. E, ao mesmo tempo, o Estado Brasileiro não está garantido o cumprimento da laicidade do Estado, ou seja que as religiões não interfiram nas decisões dos seus cidadãos e cidadãs. Não está garantindo o direito à liberdade e à autonomia das mulheres, questões que estão consagradas na nossa Constituição Federal. Então, enquanto Marcha Mundial das Mulheres, a gente queria deixar essa provocação. Legalizar o aborto é um direito das mulheres. O aborto precisa ser legalizado para ser um direito das mulheres, pela vida das mulheres a para a gente promover a autonomia de nossos corpos. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações.

O SR. DR. THIAGO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes). Eu venho a esta tribuna instigado pelo tema que a Dra. Cíntia trouxe, que é a questão do abortamento, da interrupção da gestação. Trabalho com isso há, seguramente, mais de 22 anos, e quero dizer aqui, alto e bom som, que a principal forma de planejamento familiar que entendo é a família; a segunda, são os métodos contraceptivos. Então temos que incentivar o uso de métodos contraceptivos, das possibilidades de as mulheres terem acesso, de forma livre e consciente, aos métodos contraceptivos, mas nunca eu vou entender o abortamento, Ver. Wambert, como uma forma de planejamento familiar. O abortamento, a interrupção precoce da gestação - acho que a nossa legislação capital, de 1946, está completamente certa nisso - só deve ser executado em duas situações: risco de vida iminente materno, e o aborto sentimental em situações de estupro. Essas são as duas situações. A primeira, porque é a vida da mãe ou a vida do concepto, é a vida da mãe ou a vida da criança, são duas vidas, a gente tem que optar por uma. Então, essa situação está completamente amparada, é o estado de necessidade de que tanto fala o direito penal. E a segunda é que eu não posso condenar uma pessoa que sofreu uma violência, talvez a pior das violências, a ter que amar o fruto dessa violência. É isso que o legislador pensou quando colocou essas duas questões no Código Penal. Agora, eu não posso acreditar que a interrupção da gestação possa funcionar como forma de planejamento familiar, como tem sido colocado. Não é correto. Nós temos que incentivar, sim, métodos definitivos. Nós temos que abrir a porta e deixar as pessoas decidirem quantos filhos vão ter. Nós temos que dar possibilidade de elas terem acesso à alta tecnologia, ao implante, ao DIU Mirena, ao DIU de cobre, como as mulheres do Moinhos de Vento têm acesso, para evitar que nós tenhamos mais gestações indesejadas. Mas de forma nenhuma eu posso anuir que o planejamento familiar tenha como um de seus vértices a interrupção da gestação. Não se trata só da autonomia do próprio corpo. Não é isso! Trata-se de uma vida que está sendo gerada. Eu quero dizer com muita concretude isso, nós tivemos em Porto Alegre, no início da Gestão Fogaça, Ver. João Bosco Vaz, o melhor e maior programa Pedro Gus que este País já viu de planejamento familiar. O velhinho lá, o Dr. Pedro Gus, Cidadão de Porto Alegre que era Secretário da Saúde na época, foi o maior inovador dessa área. Ele pegou os métodos contraceptivos de mais alta tecnologia, era um cientista e colocou na cidade de Porto Alegre. E deu acesso às mulheres na Restinga, deu acesso às mulheres no Navegantes, é isso que tem que ser feito, não se pode, sem dúvida nenhuma obrigar as mulheres a terem filhos que não querem ter. Mas, em função disso, não se pode usar a interrupção, o aborto, como uma forma de planejamento familiar. Isso está equivocado, isso está errado, isso não deve ser feito. Até porque ele impõe a interrupção da gravidez, independentemente das técnicas que se usem, impõe uma morbi, mortalidade maior àquela mulher. Então, nós estamos levando risco àquela mulher, independentemente de ela usar o Citotec, de usar medicação, de usar

curetagem. Então, nós temos que entender isso, É, tecnicamente, essa é a informação que eu teria para passar para vocês. Então, eu quero dizer o seguinte: o planejamento...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. DR. THIAGO: ...familiar, na minha concepção, é a principal política pública na área da Saúde. Estou falando a principal, to falando que tem que ter anticoncepcional e método contraceptivo antes de ter os remédios da pressão e da diabetes, para que as pessoas possam, sim, ter autonomia. Agora, eu não posso, de forma nenhuma, anuir de que o abortamento vai ser uma das formas de se fazer planejamento familiar, não é, não é, e não pode ser. O que se precisa ter é uma política séria de planejamento familiar dando acesso universal às mulheres. Para que elas possam decidir, de forma livre e consciente, quantos filhos querem ter.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Professor Wambert está com a palavra em Comunicações.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente, colegas Vereadores, Ver.^a Comandante Nádia; eu queria começar falando também da saúde de todas as mulheres que não tiveram o direito de nascer. Todas aquelas que morreram no ventre de suas mães trituradas por uma curetagem, arrancando seus pés ainda vivas, suas mãozinhas, decepando suas cabeças, que são arrancadas em pedaços do ventre de suas mães. Eu quero primeiro homenagear a saúde destas mulheres que não tiveram o direito de nascer.

Depois, Sr. Presidente, eu estou realmente perplexo com que eu ouvi aqui. Eu fico imaginando o que leva uma pessoa a se levantar de manhã, se espreguiçar, Ver.^a Comandante Nádia, “agora, eu vou militar para que pessoas possam morrer”, para que mães, que têm o dever natural de proteger os seus filhos, tenham o direito de matá-los. Esta discussão, uma falácia, uma mentira descarada que é esta discussão religiosa. A discussão é se é um ser humano ou não, e o Pacto de São José da Costa Rica disse que era. Nós somos signatários da Convenção Americana de Direitos Humanos que afirma que a vida começa na concepção. Então, nós estamos aqui diante de algo horrendo, nós estamos aqui oferecendo a tribuna da nossa Casa, da Casa do Povo, para se defender o genocídio, Sr. Presidente, para defender um crime, para se defender um assassinato de crianças, de nascituros, que, segundo a Convenção Americana de Direitos Humanos, são pessoas humanas. Nós somos signatários! A nossa Constituição as defende. E ainda, Ver.^a Comandante Nádia, o ato imoral, indecente, vergonhoso, assassino de dizer que aborto é método anticonceptivo. Isso é uma vergonha! Isso é um atraso na civilização! Imagine, Dep. Marcantônio, que País é este em que aqueles que são desprotegidos,

aqueles que são inocentes, aqueles que são frágeis, são ameaçados. Eu escutei um monte de falácia, de absurdo aqui. Eu ouvi dizer aqui que a mulher é diversa dentro de um gênero. Que besteira é essa? Que coisa sem sentido é essa? Então, se é mulher, já está no gênero. Pelo amor de Deus! E outros absurdos, como essas estatísticas falaciosas, inventadas, mentirosas. O descaramento, vir aqui na Casa do Povo de Porto Alegre inventar dados, mentir sobre o aborto, mentir, descaradamente, olha que falácia: “Nos países onde o aborto não é permitido, o número é maior de abortos clandestinos”. Eu nunca ouvi algo tão inteligente, tão extraordinário como isso! Então, Sr. Presidente, eu quero deixar aqui o meu protesto como Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Vida, o aborto é uma vergonha, o aborto é um retrocesso civilizatório, o aborto é um ato de crueldade em que a maioria das vítimas será composta por negros e pobres, sobre os quais haverão de fazer o planejamento familiar, o controle de natalidade matando quem tem direito de nascer. Então, eu nasci e é muito confortável eu decidir agora, eu digo que o Estado é laico e eu decido agora, Sr. Presidente, quem vai nascer ou não. Estamos aqui diante da defesa de um genocídio, de um assassinato coletivo de inocentes. Eu quero deixar o meu protesto, como Parlamentar, como representante do povo de Porto Alegre: isso que aconteceu aqui, nesta Casa, hoje, foi uma vergonha para a Cidade e para este Parlamento. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Valter, quero dar meu cumprimento carinhoso à ex-Vereadora Jussara Cony, que não ocupa espaço nesta Casa, nesta Legislatura, mas que faz muita falta. Ver.^a Jussara, testemunhaste há pouco o tom, a mudança e a agudização do debate nesta Casa.

Nós, agora, temos aqui uma bancada que se chama bancada da bala – uma novidade na Casa de Porto Alegre, que nós só tínhamos no Congresso Nacional. Agora, temos uma bancada que defende o uso de arma pela vida; temos Vereadores que representam aqui a misoginia, o ódio contra a mulher, a submissão da mulher aos ditames da moralidade, das suas igrejas, dos seus credos religiosos, que nós vemos – e respeitamos – orar aqui todos os dias, mas que não podem compor o estado laico.

Cumprimento Cíntia Barenho, uma jovem mulher da Marcha Mundial das Mulheres, uma marcha que se organiza em muitos países, que une mulheres do mundo contra barbáries como o feminicídio, o tráfico de mulheres, a morte por aborto clandestino, o estupro, a violência sexual, a violência simbólica. Eu não vejo os Vereadores virem aqui esbravejar com a mesma indignação contra esses indicadores brutais, no século XXI, que atingem a vida, a saúde, a dignidade das mulheres. A Marcha Mundial das Mulheres trouxe dados que não são falácias e nem ficções. Há muitas pesquisas no Brasil demonstrando, sim, que o aborto é praticado em larga escala por todas as classes sociais: por mulheres das elites; por mulheres das classes médias,

que pagam caro pelo aborto; e pelas mulheres pobres, que são vítimas de abortos clandestinos e, portanto, morrem nas clínicas clandestinas, sofrem derrames, sofrem discriminação e desespero porque têm que buscar esse recurso, são criminalizadas e, muitas vezes, presas, depois, Ver.^a Fernanda, porque buscaram esse último recurso.

A sociedade é hipócrita, sim, não consegue construir para a mulher condições de dignidade e de liberdade. Para verem que esse tema é internacional e que a Marcha não mente aqui nesta Casa (Lê.): “Um milhão de mulheres abortam, todos os anos na França. Elas abortam em condição arriscada por causa da clandestinidade a que são condenadas, ainda que essa operação, se praticada sob supervisão médica, seja muito simples. Silenciamos sobre essas milhões de mulheres.” Declaro ser uma delas. Declaro ter abortado. Da mesma maneira que demandamos acesso livre aos métodos contraceptivos, nós pedimos o aborto livre. Esse manifesto das 343 mulheres, assinado por mulheres da classe intelectual da França, entre elas, Simone de Beauvoir, mudou a vida delas.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, a cada dois dias uma mulher morre no País vítima de aborto clandestino. Mais de um milhão de mulheres no País se submetem a aborto clandestino anualmente.

Eu poderia trazer vários dados de institutos de pesquisa que mostram que, no mínimo, nós temos que avançar na descriminalização da mulher que aborta. No mínimo, considerar que a mulher é vítima e não criminosa. Que é a mulher ainda a que sofre mais violência só por ser mulher. Ver.^a Jussara, como disseste muito bem: nós não nascemos doentes; a mulher adoce pelas sete, oito horas a mais semanais de trabalho que acumula na sua jornada de trabalho...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: ...que adoce na violência sexual que sofre todo dia; que adoce na diferença das condições de trabalho, na discriminação e no assédio que sofre no trabalho, porque é transformada em objeto de consumo, porque é transformada e submetida a um poder maior, à alguém que pode mais, que é o homem. Infelizmente, o machismo ainda não foi erradicado da nossa sociedade. Estamos longe de construir a liberdade. E a liberdade da mulher, a autonomia da mulher - que os homens têm, sim, autonomia plena sobre o seu corpo - é pauta das mulheres. E essa Conferência é muito bem-vinda! A nossa Casa está aqui para ouvir as diferentes opiniões e não se ofender mutuamente.

Quero parabenizar essas corajosas mulheres de gerações bem diversas que com a sua vida constroem a luta das mulheres. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra em Comunicações.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu quero começar cumprimentando a querida Vereadora, sempre Vereadora e companheira de muitas lutas desta Casa, Jussara Cony, pela presença, pelo debate, pelo tema da Conferência Municipal de Saúde das Mulheres, Estadual, que vai ter a tiragem de delegados, e obviamente, é um debate bastante amplo, bastante rico. Eu queria cumprimentar a Cíntia Barenho, da Marcha Mundial de Mulheres, cumprimentar pela intervenção, e o prazer de te ouvir, Cíntia. Quero dizer ao Ver. Wambert que gritos não vão nos intimidar na hora de fazer os debates sobre a causa das mulheres. Aliás, nós já estamos acostumadas com a tentativa de nos silenciar no grito, na mão levantada, na intimidação; não nos intimidarão! Essa verdadeira cruzada, medieval, que tenta tratar com hipocrisia temas que acontecem todos os dias, na realidade, felizmente, estamos superando. Recentemente, na Polônia, por exemplo, o governo tentou rever a legislação com relação à descriminalização do aborto, e as mulheres fizeram a maior manifestação da história das mulheres naquele país. Nos Estados Unidos que tem um presidente parecido com a sua ideologia, conservadora, reacionária e contra os direitos das mulheres, a maior manifestação da história dos Estados Unidos foi protagonizada por mulheres um dia depois da posse do presidente dos Estados Unidos. Na vizinha Argentina, no vizinho Peru, no Chile, em vários países da América Latina as mulheres se levantaram por nem uma a menos que também debate o tema do aborto, além do feminicídio. E nós, do Brasil, vivemos o oitavo de março mais forte dos últimos 20 anos. Enquanto a manifestação que o senhor foi a favor das armas, como se armas garantissem vida, e não morte, juntou duzentas pessoas, nós reunimos mais de 10 mil mulheres no centro de Porto Alegre.

Então, eu acho que são temas importantes para discutir o peso das mobilizações, e o que é tabu e o que não é tabu; defender armamento, defender pena de morte, defender um monte de coisas, parece não ser tabu para alguns. Eu acho que é um debate que se pode fazer, embora eu seja contrária, e vou fazer nesta tribuna com a tranquilidade dos meus posicionamentos, porque eu acho que as armas em circulação só aumentam o risco para a população de um modo geral. Mas eu não aceito que alguém venha aqui dizer o que nós, mulheres, podemos ou não debater na Câmara de Vereadores. Nós vamos debater o que nós quisermos, porque nós defendemos a nossa ideologia, inclusive, estamos questionando no Supremo Tribunal Federal a legislação de 1940, Ver. Dr. Thiago, que o senhor trouxe aqui. Não os casos que o abortamento é legal. Eu concordo com a questão, obviamente, em todos os casos que a legislação prevê. Mas quero ir além, primeiro, que a anencefalia entrou no ano de 2007, promovido por uma ação no Supremo Tribunal Federal, e essas vozes da conservação diziam que nós tínhamos que manter o feto mesmo sem cérebro, causando risco para as mulheres. Então foi uma conquista do movimento de mulheres o abortamento em caso de anencefalia, assim como no caso de estupro. Vale a pena reforçar e trazer esse elemento para a tribuna porque nós estamos dizendo e não fazendo um debate se nós

somos contra ou a favor do aborto, porque evidentemente o tema e o próprio posicionamento individual da moral religiosa, da moral de vida de cada um, vai nos balizar. O debate aqui é se nós achamos certo que as mulheres continuem morrendo, como a quarta maior causa de mortalidade materna os abortamentos ilegais e clandestinos, enquanto as mulheres ricas fazem em clínicas chiques, cheias de infraestrutura para essas mulheres, as mulheres pobres estão morrendo. Se nós vamos dizer que as mulheres precisam ser presas e criminalizadas, como diz o Código Penal em relação à prática do abortamento, que o Conselho Federal de Medicina entende como natural até a 12ª semana, votou no seu congresso no Conselho Federal de Medicina. A OAB/Mulher está fazendo uma recomendação para que o Supremo avance na descriminalização, e nós temos um debate que precisa ser racional, que nos países onde foi legalizado se diminuiu a incidência de abortamentos pelo conjunto de infraestrutura do próprio Estado ao dialogar com essas mulheres. Não se faz política pública em cima de tabu, se faz em cima de realidade, de estatística, do tema da saúde pública, da dignidade das mulheres, do combate à tortura, à violação dos nossos direitos, esse é o debate. Nós não achamos que é método contraceptivo, eu não acho, acho mais, acho que tem que ter educação sexual para que as mulheres não engravidem, se não quiserem, obviamente, acho que tem ter métodos contraceptivos. Nas visitas que fizemos, no ano passado, nos postos de saúde, faltava camisinha e anticoncepcional para atender a população mais pobre, e não ouvi os gritos do Ver. Wambert falando que é absurdo, que não tem métodos contraceptivos nos nossos postos para garantir que não haja, e a descriminalização do aborto para que as mulheres não morram. Esse é o debate. Não vamos fazer fraseologia, falsas polêmicas e tentar segmentar e distorcer a opinião alheia. E digo mais, gostaria de ver essa indignação toda diante da quantidade de homens que abandonam seus filhos, dizer que é um dever natural da mulher a maternidade compulsória. O Ver. Wambert parou no século passado, felizmente nós estamos avançando e as mulheres estão se empoderando. Muito obrigada pela presença de vocês. Gritos nunca nos calarão!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Sra. Cíntia Barenho está com a palavra para as suas considerações finais.

A SRA. CÍNTIA BARENHO: Primeiramente queria confirmar com o Sr. Presidente: aqui é a casa do povo, não é? Certo? Então, se aqui é a casa do povo, eu sou povo e o povo pode estar neste espaço aqui se manifestando. Eu, enquanto mulher; feminista, estarei aqui falando das questões da saúde da mulher, falando sim da autonomia do corpo das mulheres e reforçando o que disse a Ver.^a Fernanda, vou estar, sim, ouvindo esses gritos. Podemos gritar, nós vamos falar mais alto, vamos continuar falando o que sempre falamos que é a autonomia dos nossos corpos, do direito à liberdade de escolha e expressão das mulheres e de todas as pessoas. Então, eu acho que tudo o que falamos aqui, talvez não tenha sido ouvido pelos Vereadores que se

manifestaram na tribuna, uma vez que eu seria hipócrita a ponto de estar aqui defendendo um genocídio. Não se de onde tiraram essa palavra. Quer dizer, eu sei de onde, do patriarcado, do machismo, da misoginia que segue atuando e segue querendo nos calar, ignorando essa questão do aborto como uma questão de saúde pública, como uma questão de morte das mulheres e não querendo tratar como isso como uma realidade. Dizem que as mulheres são assassinas, que estão fazendo um genocídio, mas não, elas estão buscando autonomia dos seus corpos para que, de forma responsável, decidam por seus projetos de vida. A maternidade não é uma responsabilidade somente das mulheres, é também responsabilidade dos homens. Sem ser as nossas Vereadoras, não vi ninguém trazer esse tema da responsabilidade dos homens, então, para as mulheres tocam todas as responsabilidades, são as mulheres que têm que dizer para os homens usem a camisinha no ato sexual, e sabemos o quanto isso não é praticado pelos homens, o quanto isso gera violência numa relação sexual para as mulheres e o quanto isso também acontece com famílias, com mulheres casadas. Homens casados também se negam a usar métodos contraceptivos em relações sexuais. Então, não pode ser uma responsabilidade somente das mulheres, mas, quando a gente trata do aborto, sempre cai sobre nós essa responsabilidade, nunca sobre os homens. Nunca se pergunta cadê as camisinhas nos postos de saúde, por que só as mulheres precisam se encher de hormônios com as pílulas anticoncepcionais, por que não os homens também. A ciência não avança nesse sentido, porque a gente sabe que a ciência também está nesse sistema patriarcal, ela não vai avançar nesse sentido, ela vai manter essa forma de negligenciar os nossos corpos, de manter aprisionada a vida das mulheres com esses métodos. Em nenhum momento aqui se defendeu como um planejamento familiar, também não seria hipócrita nesse sentido, porque não é disso que a gente está tratando. A gente está tratando de que as mulheres ficam grávidas e, em determinado momento, não podem seguir com a maternidade. Então, elas precisam recorrer a um método de interrupção da gravidez. A gente não pode fingir que isso não acontece, deixar que as mulheres morram – o aborto é a quarta causa de morte materna – e seguir com essa hipocrisia, que gera hemorragia nas mulheres, que gera a morte das mulheres.

Também essa ideia de planejamento nunca se colocou aqui, e a gente quer tratar desse tema. Se a gente está falando de aborto, que bom que a gente pode estar tratando desse tema da tribuna da Casa do Povo. Mas, em geral, esse tema não é tratado, em geral não se trata de educação sexual. Se se quer discutir gênero nas escolas, isso também é negado. Todo esse preâmbulo que a gente poderia conversar com os adolescentes, com as crianças, com os jovens, sem hipocrisia, sem essa aura de que é alguma coisa feia, a gente não pode. Então, parece que, quando a gente fala em aborto, está defendendo como um método contraceptivo, mas não é. A gente também está querendo avançar com uma série de políticas públicas que possam garantir que a educação sexual aconteça nas escolas, que a gente possa conversar sobre isso. Se a gente não consegue ter um espaço de conhecimento, a gente vem à tribuna e fala esse monte de barbaridade de matar criancinha, de decepar e não sei o que mais...

(Aparte antirregimental.)

A SRA. CÍNTIA BARENHO: Se o aborto é até as três semanas, a gente sabe que é um feto, e que ele não tem o formato que está se colocando nesta tribuna.

Nós precisamos da educação, dos métodos contraceptivos para a gente poder fazer uma prevenção: a educação para a gente ter acesso à informação e conhecer os nossos corpos, meninos e meninas, e o aborto para não permitir que as mulheres morram na nossa sociedade, e que tenhamos autonomia plena dos nossos corpos e das nossas vidas. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, acho que o debate ideológico é de grande importância e revela a diversidade do Parlamento, e o Vereador tem as suas convicções e a legitimidade do sufrágio para expressá-las aqui da tribuna desta Casa de maneira inviolável, inclusive, assim como as convidadas, da mesma forma. Vou deixar aqui como Requerimento um encaminhamento para que todas as demandas aqui levantadas de planejamento familiar, de contrariedade a essa ou àquela prática com relação às questões de gênero, todas relacionadas com a área da saúde, até porque é o objeto da Conferência, que a Conferência encaminhe, então, para que o Poder Executivo possa, para além do debate promovido por esta Casa, tomar as providências e, sim, colocar em prática políticas nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. André Carús. A nossa convidada, Sra. Cíntia, demandou e eu não respondi imediatamente porque eu estava aqui ocupado com outra questão. Quero responder a ela, dizer que aqui é a Casa do Povo, sim, tanto que o Regimento e a Lei Orgânica de Porto Alegre garantem espaços como este que a ilustre cidadã ocupa para se manifestar, da mesma forma que é sagrado e soberano o direito do Parlamentar ocupar a tribuna e expressar a sua opinião. Cada um, na miríade que compõe a sociedade, expressa aquilo que é a sua visão e a visão, obviamente, daqueles que lhe trazem até a Câmara, sejam os Vereadores e os seus eleitores, sejam os representantes de movimentos sociais, aqueles movimentos que embasam exatamente isso. Então, há espaço para a pluralidade, é isso que a Casa garante, e a Lei brasileira garante que eventuais excessos sejam responsabilizados na forma que a própria Lei assim determina.

A Sra. Jussara Cony está com a palavra para suas considerações finais.

A SRA. JUSSARA CONY: Quero agradecer, antes de mais nada, os Vereadores Dr. Thiago, Sofia Cavedon, Fernanda Melchionna por intervenções que vieram somar, sob o ponto de vista, inclusive, da nossa Conferência. Quero dizer, Vereador, com todo respeito de quem já exerceu dois mandatos nesta Casa, respeitando as diversidades ideológicas e debatendo num nível que o povo de Porto Alegre merece, que estou aqui como coordenadora da Conferência Estadual da Saúde da Mulher, eleita pelo Conselho Estadual da Saúde, onde participaram usuários, prestadores públicos e privados, trabalhadores e o próprio gestor estadual, e eu também como profissional

farmacêutica. Quero deixar aqui, mais uma vez, coisas que já disse desta tribuna: sou mãe de cinco filhos, poderia ser de seis. O meu primeiro foi uma gravidez ectópica, infelizmente o perdi. Para quem não sabe, gravidez ectópica é uma gravidez na trompa, e lá pelo terceiro mês não resiste, e acabamos perdendo o filho. Sou avó de 19 netos, bisavó de 14 bisnetos, em véspera do 15º e 16º netos, pois tenho duas netas que estão grávidas. Nós não consideramos o aborto como método contraceptivo; por isso estamos nesta luta nestas conferências Nacional, Estadual e Municipal, mas não somos hipócritas: as mulheres estão morrendo por abortos clandestinos. Acho que a Ver.^a Sofia e a Ver.^a Fernanda já deram conta de alguns dados que são importantes de serem ditos aqui.

Quero dizer também que nós somos, no nosso gênero, diversas, sim, sob o ponto de vista étnico racial. Vou dar apenas um exemplo porque o tempo é curto. Não sei se o Ver. Professor Wambert tem conhecimento de que as negras e os negros têm uma doença étnico racial que é a anemia falciforme; portanto, as mulheres e homens negros têm que serem olhados também nessa sua diversidade. E a grande incidência de diabetes e de infarto do miocárdio se dá exatamente nas mulheres negras. Por isso que dizemos: somos diversas no gênero, sob o ponto de vista de orientação sexual, sob o ponto de vista das doenças étnico raciais, sob o ponto de vista econômico. E vou aproveitar o final do meu tempo – acho que o Ver. André Carús ainda está presente – para falar de algo que vem bem ao encontro do que estou querendo propor. Nós estamos buscando, na Conferência Estadual, já que estamos trabalhando com muita seriedade, o estudo de pesquisas da FEE, em regiões do Estado e até em determinados Municípios, porque a saúde das mulheres e dos homens depende do modelo de produção, da moradia, da precarização do trabalho, da violência familiar contra as mulheres, da violência nas ruas contra todos nós, de a mulher ter, através do seu trabalho, a sua independência econômica, o que é fator decisivo para sua saúde física e mental.

Então, por essas questões temos várias doenças, e aí estão as diversidades. Nós estamos procurando, com isso, definir políticas públicas nas Conferências de Saúde da Mulher – Municipal, Estadual e Nacional – que dialoguem, Ver. Carús, inclusive com o que está acontecendo agora com a maioria - cerca de 80% - dos novos Prefeitos do Estado do Rio Grande do Sul, novos gestores, novos Secretários de Saúde; nós estamos levando essa Conferência *pari passu* para os planos municipais de saúde para contribuir. É um trabalho muito sério – muito sério! – que nós estamos fazendo e eu tive a honra de ser designada coordenadora dessa Conferência.

Finalizo dizendo que vamos encaminhar a esta Casa – também sou do Conselho Municipal, Ver. Carús – todas as conferências distritais de Porto Alegre, livres, e o encaminhamento, no dia 07 de maio, da Conferência Municipal de Porto Alegre, e as temáticas pelos grupos e pelas temáticas que estamos fazendo. Esta Casa é decisiva para essa participação.

Agradeço ao Sr. Presidente, Ver. Valter Nagelstein, e quero lhe dizer aqui, como digo de público, em respeito a V. Exa., aos Vereadores, à Procuradoria e a esta Casa, eu não me retirei desta Mesa, num determinado momento, porque estou aqui representando a Conferência Estadual dos Direitos das Mulheres, mas nós estamos

acostumadas. Eu diria à Sofia, à Fernanda, a todos nós, à Cíntia – o Everton Nobre é um escritor gaúcho, eu prefaciei o seu livro, esse livro se chama “Das Bruxas e das perversas criaturas que as cercam” –, continuemos bruxas e venceremos.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Agradecemos as presenças das senhoras Jussara Cony e Cíntia Barenho. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h01min.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein – às 17h02min): Estão reabertos os trabalhos. Quero saudar a presença dos Vereadores Dr. Thiago, Filipe Camozzato, Aldacir Oliboni, André Carús, João Bosco Vaz, Wambert, Sofia Cavedon, Adeli Sell, que foi Secretário da Indústria e Comércio e que teve um contato estreito com o nosso Brique da Redenção.

Dando continuidade às Comunicações, este período é destinado a assinalar o transcurso do 39º aniversário do Brique da Redenção. Convidamos para compor a Mesa o Sr. Walter Burgueño, representante da Comissão Deliberativa do Brique da Redenção. Convidamos.

O Sr. Walter Burgueño está com a palavra.

O SR. WALTER BURGUEÑO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, boa tarde a todos, estou aqui representando o Brique da Redenção, não por ser o mais indicado, senão por ser o mais velho, um dos mais velhos expositores do Brique. Como o Valter disse, domingo que vem, faremos 39 anos de exposição no Parque da Redenção. Trinta e nove anos ininterruptos, de domingo a domingo, sem faltar nunca, só quando ocorreram temporais. O Brique, na minha opinião, pelo menos, está funcionando muito bem, como sempre. Com muitas dificuldades, porque ele é (Problemas técnicos no som.). Temos muitos problemas e seria muito extensa a conversa se apontássemos todos os problemas que nós temos. Achamos que o Brique cumpre com sua função, atraindo o povo de Porto Alegre e todos aqueles que passam, em turismo, por Porto Alegre. Todos vocês conhecem o Brique da Redenção, tenho certeza, e, por sorte, no sentido de funcionamento, sempre fomos bem sucedidos. Temos alguns problemas, como estacionamento, segurança, e há muito tempo reivindicamos se é possível solução. Compreendemos que a situação está bastante precária e que não há muitos meios para ir em frente com essas reivindicações.

Não vou ser muito extenso, porque não sou orador, sou simplesmente um expositor do Brique da Redenção, então, vão me desculpar por essa falta de expressão. Espero o apoio de todos vocês para que o Brique continue sendo um sucesso. Para domingo, estão previstas várias atividades, como carros antigos, motos, algum show provavelmente, para que seja algo um pouco diferente do cotidiano. Esperamos que

tenhamos uma boa afluência do público. Normalmente temos uma afluência do público muito boa e, em dias em que ocorre aniversário ou algum outro tipo de evento, o Brique funciona bastante bem. Então, vocês vão me desculpar, mas, na realidade – volto a repetir -, eu sou simplesmente um expositor do Brique, não sou um orador.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Na condução dos trabalhos da presidência, eu o cumprimento, Walter, assim como o Ernani Farias e o Dirceu Müller, e na pessoa de vocês, cumprimento todas as famílias que compõem lá o Brique, famílias dos antiquários, depois tem os artesãos, o pessoal da alimentação. Acho que são essas três categorias, é isso?

O SR. WALTER BURGUEÑO: Sim, tem o Arte na Praça, artesãos, enfim, diversas atividades.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Parabéns pelo trabalho! O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Ver. Valter Nagelstein; meu caríssimo Walter Burgueño, nossos visitantes aqui, expositores do Brique da Redenção, do Parque Farroupilha – sempre fica aquela discussão se é Parque Farroupilha ou Redenção. Os dois nomes são importantes, porque, em 1935, que foi de fato oficializado como parque, então nós temos 82 anos de oficialização do parque e 39 anos do início do Brique da Redenção, com a exposição dos antiquários, no momento que Porto Alegre completa 245 anos. E é preciso, essa semana, não apenas marcar o aniversário da Cidade, não apenas marcar o aniversário do Brique da Redenção, é preciso que nós todos, absolutamente todos, Vereadores, assessores, divulguemos para que se visite, não só nesse domingo, mas sempre, e levando os visitantes, produzirmos materiais, até porque há uma dificuldade de divulgação do que lá existe. Nós temos antiguidades incríveis, impressionantes do velho e bom vinil, o bolachão, livros, que sempre foram o meu encanto, pois já fui livreiro de livros usados, antigos, de discos, portanto, me identifico com esse comércio, com esse tipo de atividade, além da alegria de ter sido Secretário da SMIC por 15 meses, 2003 e 2004. A praça de alimentação sempre é importante, assim como a diversidade, as artes plásticas, o artesanato! Tudo isso é muito importante. Também não podemos deixar de dizer que, para ser uma âncora do Brique, é preciso que se cuide mais e mais do Mercado Bom Fim, até porque estamos com problema de uma possível queda de uma caixa de água, há alguns problemas de infiltração, temos alguns problemas de locomoção naquele entorno. Temos problemas também de invasão do Brique por vendas que não são de artesanato – isso não pode continuar, isso estraga o artesanato, isso detona com o Brique da Redenção. Para nós, nesta tarde, 22 de março, Dia Mundial da Água, falar de Brique, de Redenção é falar de sustentabilidade: sustentabilidade ambiental, cultural, econômica,

social. Esse tem que ser o mundo globalizado, mas o mundo globalizado de todos para todos, para usufruto efetivo do encanto que é a Cidade. Não deixemos manchar o Brique da Redenção! É preciso defender que ele permaneça como o Brique – com letras maiúsculas, garrafais –, com as antiguidades, com aquelas coisas que nos encantam e que muitos dos jovens não conheciam. Imagina quando se vê um velho telefone – falo “velho” carinhosamente –, preto, de manivela, para um jovem que tem um celular último grito, isso deve ser algo impressionante. Para quem lida todo o dia na frente de um computador, de um laptop, de um tablet, ver as nossas máquinas, as antigas Remington, Olivetti e coisa do tipo, que fazem parte efetiva da nossa história. Ou mesmo os utensílios domésticos: não havia o plástico, era tudo de metais, isso que é altamente encantador! Isso é cultura! Isso é história, isso arte da vida de nossa Cidade! Por isso precisamos cantar e encantar: cantar o Brique e encantar as pessoas. E eu quero fazer um apelo aos representantes, que na Câmara Municipal são da base do governo – e neste ponto eu acredito que nós que fomos Secretários – Goulart, Cecchim, Valter, Adeli –, que temos um papel importante aqui para mostrar para os colegas o quanto é importante também economicamente o Brique da Redenção. Isso é muito importante que as pessoas compreendam. As pessoas vivem do seu afazer muitas vezes, e é preciso que vivam e vivam bem.

Viva o Brique da Redenção! E, neste 22 de março, Dia Mundial da Água, viva o meio ambiente, viva a sustentabilidade, viva Porto Alegre pelos 245 anos! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações.

O SR. ALDACIR OLIBONI: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) A Comissão Deliberativa do Brique organiza não só as atividades de domingo do aniversário de 39 anos do Brique, mas também as do dia a dia e os problemas que vão surgindo ao longo dos fins de semana naquele belo e extraordinário local de acolhida não só dos porto-alegrenses, mas de todos os gaúchos, mas mais precisamente de todos os turistas que vêm a Porto Alegre. Nós também, quando vamos a outras Capitais, queremos saber onde é o Brique de domingo ou o mercado das pulgas, como é chamado em alguns lugares, e que foi o primeiro nome dado a esse local de troca, de venda e de exposição, Ver. Wambert, que me ouve atentamente.

Nós não podemos esquecer que ali não é artesanato; é artes plásticas, culinária, antiguidades que deixam o povo, de uma certa forma, não só curioso, mas sugestionado a comprar um produto tão lindo, tão importante, tão antigo e necessário, ao menos, em várias épocas que nós vivemos.

Eu acredito que algumas dificuldades que o Walter trouxe aqui são muito reais, porque, muitas vezes, a falta de fiscalização do próprio Poder Público acaba permitindo que algumas pessoas se utilizem do leito da rua, achando que ali, por ser

uma área pública, eles podem vender qualquer produto, ou muitos inclusive – queiram ou não, perdoem-me os camelôs – são usados por alguns empresários para vender produtos que não são da arte, da cultura ou da sua forma de sobrevivência. Porque para ter ali no Brique uma banca, um local para expor esse produto, a pessoa tem que comprovar que aquele produto é produzido, fabricado por ele, pela família; portanto falamos de artesanato, culinária ou antiguidades.

Creio que esses locais acabam propiciando uma melhor qualidade de vida a essas pessoas, a esses artesãos por poderem ali ofertar o produto da sua dedicação, da sua arte para poderem agregar um pouco à sua renda.

Incentivar, parabenizar e criar outros espaços que possam trazer os mais de dez mil artesãos que trabalham em artes plásticas, culinária e antiguidades em Porto Alegre é preciso, sim, ampliarmos os espaços na Cidade. Temos o Brique da Redenção aos domingos, temos o Brique da Redenção aos sábados, que são espaços de cultura, de lazer e de oferta desses produtos. Temos também o Brique da Usina do Gasômetro, que espero que retorne logo, que foi uma das minhas leis, quando o Ver. Adeli Sell era Secretário da SMIC, oportunizando uma revitalização daquele espaço, e agora, com a reforma grandiosa da orla, esperamos que o brique volte ao seu local original; inclusive há reivindicações para que retorne ao local.

Temos muitos briques na Cidade, por exemplo, o Brique de Ipanema, que também foi inaugurado há pouco tempo, estamos dialogando com eles para poder oficializar. É também um local aprazível em que a cidade se movimenta, principalmente nos períodos de verão, como também temos a oportunidade dos artesãos colocarem produtos nas feiras-modelo. Tem lei para isso aqui que nós aprovamos também. Mas, enfim, quero dizer que é uma enorme alegria e satisfação poder ouvi-los aqui na Câmara, e poder divulgar essas festividades de domingo, onde terá desfile, como o senhor falou, de carros...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. ALDACIR OLIBONI: ...Para concluir, Presidente, estava dizendo que domingo terão essas atividades importantes, shows, desfile de carros e motos e, com certeza, muitos de nós estaremos lá para prestigiar e ao mesmo tempo continuar aqui na Casa dialogando sobre projetos dessa natureza. Eu tenho tido várias iniciativas, já protocolei e na oportunidade os convidarei para estarem aqui apoiando essas iniciativas, porque verteram sugestões de colegas dos senhores, lá do Brique, e que nós queremos incentivá-los no centro da Cidade, como tem ali na Alfândega já uma feira e como tantas outras que podem possibilitar o espaço que é de reivindicação dos senhores. Parabéns, será uma grande festa! Estaremos junto para poder festejar esse dia tão grandioso, esperando a colaboração de São Pedro para que o tempo seja bom. Um abraço. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações.

O SR. DR. THIAGO: Caro Presidente, Ver. Valter Nagelstein, que coordena nossos trabalhos e caro representante da Comissão Deliberativa, tocaio do nosso futuro Presidente, presidindo os trabalhos neste momento, Ver. Valter Nagelstein. Eu ouvi atentamente o Ver. Adeli Sell, que foi Secretário da SMIC, falando um pouco da história do Brique que realmente tem uma grande identidade com a cidade de Porto Alegre. O Brique, tanto para as pessoas que moram no Centro quanto para as pessoas que moram mais na periferia da Cidade, que militam na periferia da Cidade, como é o meu caso, na Restinga, Belém Novo, Ponta Grossa e Lami, mas tem alguma interface sempre com o Brique, seja na questão dos artesãos. Nós, por exemplo, lá no Extremo Sul, temos um grande grupo de artesãos que vem até o Brique e que tem uma relação umbilical com isso. Existem até comerciantes que acabam, a partir dessas peças de artesanato, abastecendo um mercado não só de Porto Alegre, mas também das cidades do entorno. Destaco aqui o pessoal da ATECA, que faz esse trabalho, o Nerci, que é um grande comerciante lá da região do Extremo Sul, que acaba fomentando, com suas atividades, a questão do artesanato. Mas, então temos o Ver. Adeli, o Ver. Idenir Cecchim, o Ver. Valter Nagelstein que foram Secretários, mas há o percussor deles todos. O percussor deles todos, na SMIC, foi o nosso decano, o meu colega de Partido, o meu padrinho de Partido, o meu líder, Ver. Reginaldo Pujol, que, no Governo Vilella - que também acabou sendo Vereador aqui na legislatura anterior - foi o Secretário da SMIC. Ele iniciou com a questão do mercado das pulgas e depois com o Brique da Redenção. E esses outros atores, Ver. Adeli, o Ver. Idenir Cecchim e o Ver. Valter Nagelstein, incentivam, enquanto estiveram lá. Então, subo aqui nesse dever de fazer esse registro, justificando que o Ver. Pujol deveria estar no meu lugar aqui e não está, porque, em sua atividade incessante pela Cidade, esta resolvendo algumas questões muito importantes, principalmente na área da cultura e na questão da assistência social na tarde de hoje. Ele me ligou, me contatou e pediu, Ver. João Bosco - V. Exa. que tem tanta afinidade conosco - para fazer esse registro. Nós, Democratas, saudamos muito o Brique como uma parte importante da histórica de Porto Alegre. E o Fraga me traz aqui cópia do Decreto nº 6.295, que institui o Mercado de antiguidades de Porto Alegre, sob a denominação de Brique da Redenção e dá outras providências. Assina, Guilherme Socias Vilella, Prefeito de Porto Alegre, e Reginaldo da Luz Pujol, Secretário Municipal da Produção, Indústria e Comércio. Isso em 20 de março de 1978.

Então, isso é história, quero saudar o Brique, saudar todos esses Vereadores que também foram Secretários e que também construíram muito a história de Porto Alegre, a Cidade abraça o Brique porque ele é um Brique vivo, um Brique que representa realmente a população da Cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Comunicações.

A SRA MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, Ver. Valter Nagelstein, muito prazer em recebê-lo, Brique da Redação, mora no coração de todos os gaúchos, em especial, eu resolvi utilizar a tribuna para lhe dizer que tenho uma história muito grande com o Brique. A começar pelo meu pai, que era carioca, mas gaúcho de coração e, todos os domingos, ele fazia questão de ir ao Brique da Redenção, na parte da manhã, exatamente às 11h, e eu o acompanhava. Nós fazíamos esse passeio, ele tinha preferência pela área das antiguidades, sempre fizemos esses passeios juntos. Mas, o Brique, que completa 39 anos e tem esta questão tão importante para todos nós, que é uma atração turística da Capital do Rio Grande do Sul, eu considero um dos pontos mais importantes de comercialização de artesanatos, bordados, enfim, bordadeiras, apresentação de peças, teatros. Eu como Secretária de Estado da Cultura, no ano de 2008, o Ver. Adeli Sell, que provavelmente não vai lembrar disso, mas eu, rapidamente, fui nos meus guardados, eu como Secretária de Estado da Cultura e a Ana Fagundes como Secretária da Cultura de Porto Alegre, e o Ver. Adeli Sell representando a Câmara, nós no evento de 30 anos do Brique, nos reunimos, e eu, especialmente, conheci os organizadores daquela festa, as pessoas responsáveis, ajudei na programação cultural. E lembro muito bem que a programação foi muito intensa. Foram *shows* musicais, apresentações de teatro, dança, desfile da escola de samba vencedora do carnaval em 2008 de Porto Alegre, que foi Império da Zona Norte, e desfile de carros antigos. Então, eu tenho uma ligação familiar, uma ligação na minha caminhada política e recebê-lo aqui hoje é dizer da importância no contexto cultural da Cidade. Também queria registrar que eu, especialmente, fiquei emocionada, porque hoje faz sete meses que meu pai faleceu e, quando o vi aqui, logo me lembrei desses passeios que nós fazíamos juntos e que sempre estiveram no coração dele e continuam na família Leal. Quero me colocar a sua disposição para tudo que estiver dentro das minhas possibilidades como Líder da bancada do PP, como Vereadora, para ajudar o Brique a continuar cada vez mais forte. Vida longa ao nosso Brique, Brique da Redenção. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver.^a Mônica. Entre tantos cidadãos que acorrem a nossa Câmara – que bom, a Câmara é a Casa do Povo –, eu quero registrar a presença do Sr. Mathias Haraldo Müller, que nos visita e que, há algum tempo, me brindou com um livro a respeito da história do nosso Assis Brasil e de tudo que Assis Brasil contribuiu. Ele era um parlamentarista, um político, um homem que faz parte da nossa história e de tudo que ele contribuiu aqui para o Rio Grande do Sul. Então, Mathias, tem o nome do meu pai e o nome do meu filho, Sr. Müller, muito bem-vindo aqui e muito obrigado.

O SR. DR. THIAGO: Só um registro, uma gafe minha, um esquecimento meu, é que também foi Secretário da SMIC o meu colega Ver. Dr. Goulart.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Professor Wambert está com a palavra em Comunicações.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente; Sr. Walter Burgueño, seja muito bem-vindo a esta Casa. Para nós, é um orgulho muito grande, uma alegria muito grande estar tratando deste tema, porque o Brique, a relação de Porto Alegre com o Brique da Redenção é uma relação afetiva. Quem não ama o Brique? Quem não sai da sua casa num domingo de manhã com a garrafa térmica em um braço e a cuia no outro para passear no Brique? Quem aqui não recebe as pessoas de fora, os hóspedes, que têm este prazer, Ver. Camozzato, de conhecer uma das coisas mais típicas de Porto Alegre e uma das coisas mais recentes também, Ver. Oliboni? O Brique da Redenção tem um sentido econômico para a Cidade, que muitas famílias sobrevivem dali, faz girar a economia, mas, sobretudo, por ser uma coisa pitoresca, é um dos fatores que ajudam um sonho que eu tenho que é ver Porto Alegre como a capital de serviços. Ver.^a Mônica, está caindo de maduro que Porto Alegre tem uma vocação para os serviços, e esses serviços não podem ser só o turismo de negócios; nós precisamos criar uma agenda de turismo de eventos na Cidade, mas também de turismo de entretenimento, que passa da integração do Cais do Porto ao Centro da Cidade, passa pelo Brique da Redenção, pelos lugares mais lindos que nós conhecemos, como o belvedere do morro Santa Teresa e o Santuário Mãe de Deus, que fica no bairro Glória, que tem uma vista de 360 graus da Cidade, dá para ver até a Lagoa dos Patos de lá. Eu costumo dizer que, pela falta de políticas públicas para o turismo, Porto Alegre é como uma bela mulher coberta por uma burca, só nós, porto-alegrenses, que privamos da sua intimidade, conseguimos saber e ver a sua beleza. Hoje almoçou aqui na Casa o ex-Prefeito Villela, um dos melhores prefeitos da história de Porto Alegre, e eu comentava com ele que, quando fui candidato a Prefeito, há quatro anos, eu dizia nos debates e entrevistas que eu queria ser um bom prefeito como o Villela foi para Porto Alegre, e foi na gestão do Villela que foi criado o Brique da Redenção, juntamente, como foi feito o registro aqui pelo Ver. Dr. Thiago, com o nosso decano da Casa, o Ver. Pujol. Eu queria deixar esse registro sobre esses dois homens público que tiveram a visão de criar algo que se consolidou na Cidade dessa maneira extraordinária. A juventude do Brique, que não é uma coisa antiga, demonstra que nós temos que estar abertos ao novo calendário da Cidade. Há muitas festas, há muitos movimentos surgindo na Cidade que podem servir de atrativos para esse turismo de entretenimento que pode fazer girar a economia. V. Exa., Ver. Valter Nagelstein, esteve algumas vezes em Israel, eu tive o privilégio de ir duas vezes à Terra Santa, e a gente sabe a importância da indústria do turismo não só para Israel, mas também para os palestinos – aliás, os palestinos vivem quase que exclusivamente do turismo, é o que faz com que a economia da Palestina gire.

Então, quero aqui deixar a homenagem da Casa do Povo de Porto Alegre para uma das coisas mais afetivas, Ver.^a Mônica, mais queridas, mais amadas por nós,

porto-alegrenses; para uma das coisas mais típicas da Cidade: o Brique da Redenção. Parabéns! Muito obrigado por perseverarem e por darem esse presente para a Cidade. Que Deus abençoe o esforço e o trabalho de vocês, que seja muito frutuoso por muitas e muitas décadas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Muito obrigado, Ver. Professor Wambert. Quero cumprimentar a todos e agradecer, mais uma vez, ao Walter Burgueño, ao Ernani Farias e ao Dirceu Müller, pedindo que eles transmitam a cada um dos componentes do Brique o nosso abraço, o nosso carinho, o nosso afeto, a nossa admiração.

Meus caros Vereadores Adeli e Mônica, eu não queria terminar sem antes dizer, rapidamente, duas ou três palavras a respeito do fato. Nós passamos pelo Brique e o Brique passa pela vida de todos nós. Eu tive a felicidade de, lá na SMIC, ter feito o último esforço. Eu vejo, hoje em dia, no noticiário nacional, sendo celebradas essas Parcerias Público-Privadas que o Prefeito Doria tem feito em São Paulo como se isso fosse, na verdade, a quinta-essência do universo, a descoberta do ovo de Colombo. Na verdade, eu olhava o meu Facebook ontem e via que nós fizemos isso com o Big e com o Walmart – quando, Ernani, há cinco anos? –, quando nós acabamos por, após muito dialogar, virar o antiquário de frente para o parque. Metade do Brique era para um lado; a outra metade, para o outro. Não foi uma decisão muito fácil; na verdade, fomos para o voto, e a maioria acabou decidindo por virar. O Brique acabou todo virando para o mesmo lado; conseguimos entregar uma barraquinha nova para cada um dos expositores do Brique; conseguimos fazer um esforço. Hoje, o Brique se ressentiu. Há uma disputa com um comércio que não é comércio de artesanato, que não é comércio do Brique.

Há uma questão, desde a época do Ver. Adeli, que recrudescer por um tempo; depois, voltou; recrudescer novamente, que merece nossa atenção, que é a questão dos indígenas. Obviamente, eles precisam seu espaço; mas, às vezes, é uma disputa que não está muito correta com os artesãos do Brique também. Há também essa questão da crise. Eu tenho ido, às vezes, à tarde, quando tem muito comércio irregular de bugiganga ali, disputando o espaço com o Brique, como com toda a Cidade. Eu acho que a nova administração vai ter que olhar, Ver. Bosco Vaz, com muito carinho, com muita atenção para essa questão e para a valorização desses profissionais, que são artistas, que são artesãos, que são comerciantes de antiguidades.

O Ver. Professor Wambert lembrou aqui de Israel. Eu tive a graça de visitar, Mônica, nós que temos essa ligação, o Mercado de Jaffa, que fica ao lado de Tel Aviv, e que é o mercado *hapishpeshim*, a tradução é mercado de pulgas. Ele tem mais de 2500 anos. Nós estamos aqui celebrando e temos que cultivar isso. Nós não estaremos mais aqui, mas queira Deus, tomara que ele ainda esteja aqui para celebrarmos os 2500 anos do nosso Brique da Redenção. Vida longa ao Brique e a todos os seus componentes! Muito obrigado. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h39min.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein – às 17h40min): Estão reabertos os trabalhos.

Aprego o PR nº 009/17, de autoria da Mesa Diretora, e o PELO nº 003/17, de autoria da Mesa Diretora.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo da Ver.^a Fernanda Melchionna.

O SR. ADELI SELL: Obrigado, Ver. Valter. Eu agradeço à Ver.^a Fernanda Melchionna pela cedência do tempo em Grande Expediente; cumprimento meu colega de Bancada, Ver. Aldacir Oliboni, e dizer que o meio ambiente não pode mais esperar. Hoje, 22 de março, data que marca o Dia Mundial de Saúde, não temos notícias sobre quem será o titular da pasta do Meio Ambiente e Sustentabilidade. E aqui eu quero me dirigir, não apenas aos colegas, aos telespectadores da TV Câmara, mas eu quero fazer um apelo especial, ao Prefeito, Nelson Marchezan Júnior, e o Prefeito sabe que quando eu faço uma demanda, quando uso da tribuna é para colaborar por uma Porto Alegre para as pessoas. O fato de não termos, até este momento, passados 80 dias, um titular da pasta nova, do meio ambiente e da sustentabilidade, é algo por si só inédito. Não recorde de nenhuma gestão atrasar 80 dias, ou mais para indicar um titular de equipe para gestão e de uma Secretaria que sempre foi de vanguarda e também referência para outros Municípios e capitais do Brasil. Lembro a todas e todas que a nossa Secretaria foi a primeira do País e porque não dizer para o mundo como bem ilustra o sucesso internacional do nosso premiado Atlas Ambiental de Porto Alegre feito por esta SMAM, agora MAM, porque foi acrescentada a palavra sustentabilidade. Cabe então fazer a reflexão sobre quais seriam as causas do atraso, mas não é só isso, é preciso pensar no que isso reflete para a nossa cidade, as consequências, prejuízos para a saúde, educação, economia e segurança, afinal, o meio ambiente é um tema transversal e problemas ecológicos são problemas econômicos a curto, médio e longo prazo. O projeto de lei originalmente enviado a esta Casa contendo a reforma administrativa, que deverá ser revisado e detalhado em 40 dias, prazo estipulado pelo próprio Prefeito Nelson Marchezan, cria a Secretaria de Sustentabilidade com atribuições de planejamento urbano, resíduos sólidos, políticas para animais domésticos, gestão de parques urbanos, praças, arborização urbana, fiscalização e demais competências atinentes à gestão ambiental. O rascunho dessa nova secretaria não foi detalhado, persistindo dúvidas entre os servidores, ou pelo menos da maioria dos servidores afetados, e até entre nós Vereadores, dos membros dos Conselhos Municipais do Meio Ambiente e do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de como será a estrutura dessa nova secretaria. Gostaríamos de sugerir ao Sr. Prefeito Municipal, e fico

feliz por ter a atenção dos Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras às 18h, nesta tarde de 22 de março, um diálogo franco, aberto, apresentando o que pretende para a pasta do meio ambiente e sustentabilidade. Existe um conjunto de leis federais, estaduais e municipais a serem consideradas e atendidas, há uma intensa fiscalização dos órgãos públicos, sociedade civil e desta Casa para o cumprimento dessa legislação e para a solução de conflitos decorrentes da aplicação das políticas de desenvolvimento e da tutela ambiental. É dever de todos refletir sobre algumas das competências que esse atraso traz para a gestão da Cidade como um todo. Sei que não é difícil remontar uma secretaria e retirar parte dela para acoplar uma nova, mas não podemos nos esquecer de que temos na Cidade demandas, passivos ambientais que podem estar sendo gerados. Áreas contaminadas com substâncias tóxicas e cancerígenas, desenvolvimento de ocupações de áreas de risco de desmoronamento já os vi; desmatamentos, extinção de espécies e poluições diversas, tudo isso acarreta na aplicação de normas e procedimentos atrelados ao setor público ambiental que hoje desembocam na necessidade de licenciamento ambiental ou emissões de autorizações diversas. Sem licenças e autorizações corretamente emitidas, as atividades econômicas rumam à informalidade, aos prejuízos à saúde coletiva, aos gastos públicos. Existem, colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores, caríssimo Sr. Prefeito Nelson Marchezan Júnior, repito: existem demandas direcionadas às citadas pastas que exigem planejamento para soluções amplas, tomadas de decisões, produção de resoluções sob o risco de insegurança jurídica, atraso no licenciamento das atividades, Ver. Felipe Camozzato, que, por fim e ao cabo, prejudicam tantos os empreendedores como o conjunto da sociedade. O Conselho Municipal do Meio Ambiente, COSMAM, por exemplo, ainda não se reuniu neste ano, somente o fará em maio, talvez. E esse possui um papel fundamental para avaliar as atividades de alto impacto ambiental. Se não há planejamento, não há previsão orçamentária e sem isso a organização definha e gera um comportamento errático da instituição: ficará apagando incêndios, agindo nas emergências e olhem lá. A situação atual da SMAM é de carência enorme. Ela possui, em seu quadro, poucos profissionais e grande dificuldade de estrutura. É urgente desenvolver um olhar estratégico para a Secretaria, se quisermos mais qualidade e velocidade no licenciamento ambiental. Devemos investir, Ver. Felipe, em planejamento, gestão e propor ações, e isso se faz com conhecimento, pessoas, atitudes e diálogo.

O Sr. Felipe Camozzato: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado pelo aparte, Vereador. Realmente, é muito válido o que estás fazendo, essa discussão é muito interessante. Espero que a Secretaria de Sustentabilidade mude um pouco o olhar sobre o licenciamento, que seja menos xiita e mais amiga, um braço amigo do empreendedor para ajudá-lo, de fato, respeitando o meio ambiente, a ter sucesso em seus negócios, trazendo desenvolvimento econômico, empregos e renda para o nosso Município. Ontem mesmo, eu recebi uma mensagem de um empreendedor que já está, há quatro anos, tentando ter o seu estabelecimento, a sua obra autorizada. Um dos fiscais requisitou que ele refaça a medição do seu terreno,

porque, na quarta casa decimal da metragem, havia sido encontrada uma incongruência. Isso é inadmissível. Obrigado pelo aparte.

O SR. ADELI SELL: Obrigado, Ver. Felipe. As senhoras e os senhores notaram que eu fiz uma leitura de um texto com algumas observações extras, e não foi fortuito, não é o meu costume. Fi-lo porque é preciso ser claro, preciso, cirúrgico, já que nós estamos tratando de uma nova gestão, de 80 dias de gestão. Daqui a 40 dias, deve vir uma remodelação que se adequa àquilo que nós discutimos no segundo dia do ano em Porto Alegre, nesta Câmara.

O Sr. Cassiá Carpes: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Quero colaborar com V. Exa. e dizer que não é só a SMAM. Nós precisamos da figura central da SMOV, que é uma Secretaria potente, muito cuidado! Preciso falar com o Prefeito, porque a SMURB não tem ainda o seu titular, a SMOV não tem o seu titular, a SMAM não tem o seu titular. Não interessa se ela é secretaria ou departamento, mas ela não existe hoje perante a sociedade com as tarefas fundamentais que ela faz. Essa é a grande questão. Tem a Secretaria de Sustentabilidade, mas ela sustenta, na nomenclatura, várias secretarias ao mesmo tempo. O que trabalha no dia a dia da Cidade são esses órgãos que nós conhecemos. Volto a frisar: sem ser secretaria, mas tem que ter o diretor. O que está faltando é essa função. Se nós formos falar hoje com a SMAM, vamos ter dificuldade para saber com quem falar; se nós falarmos com a SMOV, vamos ter dificuldade para saber com quem falar. Então, a ideia pode ser boa, mas ela não funcionou ainda. Nós não vamos viver a vida inteira, pela experiência que nós temos, fazendo mutirões na Cidade de pintura de cordão – isso é o DMLU que faz, e nós precisamos saber quem é o diretor do DMLU oficial, que vai, no dia a dia, fazer o trabalho de ponta com a sociedade. Então, o nosso objetivo, o mesmo de V. Exa., é colaborar nesse sentido. Também estou tentando marcar uma audiência com o Prefeito para que possamos colaborar, porque para dentro parece que o Governo vai bem, mas para fora ainda não encaixou. Este é o meu ponto de vista. Parabéns pelo assunto e possibilitou que eu, como fui Secretário, tenho alguma experiência e quero ajudar.

O SR. ADELI SELL: Tremendamente ilustrativo. Quero dizer que, se o Prefeito quiser, nós podemos reunir alguns servidores, representantes de várias áreas, a assessoria do nosso Gabinete – vou citar aqui a Simone Mirapalhete, que trabalhou lá bastante tempo, especialista nessa área; temos o setor jurídico competente; temos condições de colaborar. Estamos aqui, como, às vezes, alguns gostam de fazer em certas câmaras municipais: sendo de oposição, chuta-se o balde! Não adianta, nós somos duros na cobrança, mas nós somos colaboradores para uma Cidade e para as pessoas, e nesse sentido eu trouxe o tema hoje da SMAM, inclusive por escrito, mas eu faço coro com o Ver. Cassiá Carpes de que precisamos ter a titularidade esclarecida em alguns departamentos e algumas diretorias também para continuar esse frutífero diálogo. Eu fiquei sabendo, após ter escrito o texto, que na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, haverá, de fato, essa acoplagem de uma área ambiental, parte da SMURB e

algumas outras tarefas de licenciamento. Muito difícil esse rearranjo, e não podemos errar. Como disseram os Vereadores Felipe Camozzato e Cassiá Carpes, nós temos que apressar o nosso tranco, está um pouco lento, e temos que olhar para a Cidade porque nós sucumbiremos a esse movimento que existe, sempre, de fazer as coisas na corrida, mas dentro da máquina pública as coisas acabam trancando. Muito obrigado, mais uma vez, à Ver.^a Fernanda Melchionna pela cedência do tempo, e meu caro Ver. Valter Nagelstein, pela audiência que a gente tem aqui na Casa do Povo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Adeli, que traz um tema extremamente importante. Ainda ontem, Ver. Camozzato, eu recebi um empreendedor em meu Gabinete, sobre uma medição de 96 metros que deu uma diferença de 14 centímetros, e trancou o processo. Então, assim está nossa Cidade. E parece que o Governo está sofrendo de uma entropia, está olhando para dentro, quando, na verdade, nós, Adeli, eu e tantos outros aqui, que têm essa experiência, que já foram Secretários, já nos colocamos à disposição para ajudar. E nós queremos ajudar, nós não estamos aqui postulando troca por alguma coisa, nem cargo, nem coisa nenhuma, senão emprestar a experiência que já tivemos para que a Cidade, no que é o diferencial comparativo e competitivo, entre as outras cidades brasileiras, capitais ou cidades de médio porte, possa fazer o seu tema de casa. Estamos ansiosos para que Porto Alegre, de fato, cada vez mais, se transforme em uma Cidade menos burocrática e amiga do desenvolvimento econômico que gera emprego, oportunidade e impostos. Se nós gerarmos impostos não vamos estar discutindo a perspectiva de não conseguir pagar o salário dos nossos servidores.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, cidadãos e cidadãs que possam estar acompanhando o nosso trabalho aqui na Câmara Municipal. Queria abordar um tema que foi prioritário ontem na imprensa, e hoje, nos jornais, com relação a um fato que nos preocupa muito, que é o desconhecimento do Prefeito Municipal em saber o que são CRAS ou CREAS que são, respectivamente, Centro de Referência da Assistência Social e Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Lamentavelmente, e olha que o Prefeito poderia estar bem assessorado, porque o Secretário da FASC hoje está no centro do Governo, foi nosso colega aqui, ex-Vereador Kevin Krieger. O Prefeito dizer que não sabia o que era CREAS, confundindo com os CARs, que são as subprefeituras na Cidade, é lamentável. Nós temos 22 CREAS ou CRAS na cidade de Porto Alegre, que na verdade trabalham com assistência de famílias que estão em situação de vulnerabilidade e que sem os CRAS e os CREAS ficam completamente desassistidas com a política social da Cidade. Em cada um deles deveriam ser atendidas mais de 100 pessoas/dia, desde janeiro que não o são. São mais de duas mil crianças e adolescentes atendidas durante o

mês. E o Prefeito dizer que não conhecia ou não tinha conhecimento sobre os CRAS e os CREAS – meu Deus do céu!

Nós estamos numa situação, realmente, muito preocupante, não somente na área da assistência. O que o colega, Ver. Adeli, falou aqui é uma realidade. Ontem, na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, o próprio cidadão, funcionário da SMAM fez um apelo para que se defina o Secretário Municipal do Meio Ambiente, Ver. Cassiá, porque está tudo paralisado. Nós estamos em março de 2017, ele assumiu, como nós, no dia 1º de janeiro de 2017. Não só nessas duas áreas que estamos preocupados, nós e os cidadãos, com essas situações. Nós fomos, por exemplo, hoje, pela manhã, no pronto atendimento da Vila Bom Jesus, que é de 24 horas, e são impressionantes as reclamações de falta de funcionários, de medicamentos, de uma estrutura adequada para dar segurança aos servidores, há gangues ficam se digladiando ali em frente. Há poucos dias, o pronto atendimento foi atingido com vários tiros, com receio de que poderia ter atingido funcionários. Afinal de contas, está chegando quase aos 100 dias, Ver. Adeli, Ver. Bosco, e está essa situação delicadíssima, Ver. Wambert.

Nós queremos que, a partir dessa denúncia, não somente da imprensa, mas também de nós, Vereadores... E eu constatei tudo isso pela falta de estrutura que tem os CARS, se tu ligares para lá, tem um recadinho da telefonia: “neste momento não podemos atender”. É lamentável isso. Por isso, vamos entrar com o pedido amanhã para que a Secretária da Assistência Social, Maria de Fátima Paludo, possa vir aqui para dar satisfação, porque escutem a sua frase: “Não há obrigatoriedade legal da FASC fazer esse tipo de assistência. Temos que pensar em políticas públicas que não sejam apenas assistencialistas, mas que sejam, acima de tudo, emancipatórias e sustentáveis”. Meu Deus do céu! Mas é para assistência, a Secretaria trabalha para isso. O próprio fornecimento da cesta básica é para famílias que eles mesmos vão selecionar, em situação de extrema vulnerabilidade. Nós não estamos brincando aqui de imaginar que seja uma empresa privada, que não pode...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. ALDACIR OLIBONI: ...Nobre Presidente, imaginar que é uma empresa privada porque não se tem recurso, se corta até na hora do benefício. Isso aqui é a função pública dos impostos que nós pagamos. O cidadão que está em extrema vulnerabilidade, que não consegue acessar seus benefícios, ele vai para onde? Tenho um clamor aqui de uma cidadã que diz que enquanto não estão atendendo os casos, ela está em casa com os seus dois filhos, porque, se ela não ficar com os dois filhos, eles poderão ficar expostos à marginalização ou à cooptação da marginalização. Então, cabe aqui um apelo ao Prefeito, à Secretária para que se resolva isso o mais rápido possível. Eu espero que haja um movimento espontâneo da Secretária em solicitar um comparecimento na Casa e vir aqui na próxima semana dar esclarecimentos reais e

concretos que de fato estão funcionando. Porque a comunidade está dizendo é que não está funcionando. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Aldacir Oliboni. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Ausente.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1868/16 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 040/16, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que altera o *caput* do art. 134 da Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992 – Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre –, e alterações posteriores, permitindo que cada vereador figure 4 (quatro) vezes por legislatura como autor de projeto de concessão de título de Cidadão de Porto Alegre e de Cidadão Emérito de Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Não há quem queira discutir a Pauta, está encerrado o período de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h04min.)

* * * * *